



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE – UFRN
Programa Multi-institucional e Inter-regional de Pós-graduação em Ciências Contábeis

**INVESTIGAÇÃO DE VARIÁVEIS QUE INFLUENCIAM A ÉTICA PROFISSIONAL
CONTÁBIL: UMA APLICAÇÃO DAS TEORIAS DOS ESTÍMULOS INTERNOS E
EXTERNOS**

EDUARDO JEZINI FERNANDES GANASSIN

**BRASÍLIA – DF
2016**

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB

Reitor:

Professor Doutor Ivan Marques de Toledo Camargo

Vice-Reitor:

Professor Doutora Sônia Nair Bão

Decano de Pesquisa e Pós-Graduação:

Professor Doutor Jaime Martins de Santana

Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade:

Professor Doutor Roberto de Goes Ellery Junior

Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais:

Professor Doutor José Antônio de França

**Coordenador Geral do Programa Multi-institucional e Inter-regional de Pós Graduação
em Ciências Contábeis da UnB, UFPB e UFRN**

Professor Doutor Rodrigo de Souza Gonçalves



EDUARDO JEZINI FERNANDES GANASSIN

**INVESTIGAÇÃO DE VARIÁVEIS QUE INFLUENCIAM A ÉTICA PROFISSIONAL
CONTÁBIL: UMA APLICAÇÃO DAS TEORIAS DOS ESTÍMULOS INTERNOS E
EXTERNOS**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis do Programa Multi-institucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba e da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Linha de pesquisa:

Impactos da Contabilidade na Sociedade

Grupo de Pesquisa:

Demonstrações Contábeis

Orientador:

Prof. Dr. César Augusto Tibúrcio Silva

BRASÍLIA – DF
2016

GANASSIN, Eduardo Jezini Fernandes
INVESTIGAÇÃO DE VARIÁVEIS QUE INFLUENCIAM A ÉTICA
PROFISSIONAL CONTÁBIL: UMA APLICAÇÃO DAS TEORIAS DOS
ESTÍMULOS INTERNOS E EXTERNOS/ Eduardo Jezini Fernandes
Ganassin-Brasília, 2016.
81. p.

Orientador: Prof. Dr. César Augusto Tibúrcio da Silva

Dissertação (mestrado) – Universidade de Brasília. Faculdade de Economia,
Administração e Ciências Contábeis e Atuariais – FACE.
Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em
Ciências Contábeis (UnB/UFPB/UFRN).

1. Honestidade 2. Finanças Comportamentais 3. Autoimagem 4. Ética
Contábil. I. SILVA, César Augusto Tibúrcio. II. Universidade de Brasília.

EDUARDO JEZINI FERNANDES GANASSIN

**INVESTIGAÇÃO DE VARIÁVEIS QUE INFLUENCIAM A ÉTICA PROFISSIONAL
CONTÁBIL: UMA APLICAÇÃO DAS TEORIAS DOS ESTÍMULOS INTERNOS E
EXTERNOS**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis do Programa Multi-institucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba e da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Comissão Avaliadora:

Professor Dr. César Augusto Tibúrcio Silva

Programa Multi-institucional e Inter-regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da
Unb/UFPB/UFRN
(Presidente da Banca)

Prof^a Dr^a. Fernanda Fernandes Rodrigues

Programa Multi-institucional e Inter-regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da
Unb/UFPB/UFRN
(Membra Examinadora Interna Vinculada)

Prof^a. Dr^a. Juliana Barreiros Porto

Departamento de Psicologia Social e do Trabalho – Instituto de Psicologia – Universidade de
Brasília
(Membra Examinadora Interna Não-Vinculada)

Brasília

2016

DEDICATÓRIA

À minha família e meus amigos.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a todos que me acompanham ou acompanharam, no dia a dia ou não. A vida é repleta de renúncias, frustrações e desafios, mas também de alegria e de momentos de paz e felicidade. E quem não tem ninguém para dividir esses momentos – tantos os bons quanto os nem tanto – deixa de experiência lós da maneira adequada.

Desde minha família, que sempre me apoiou quando eu precisei, passando pelos meus amigos, os professores e o pessoal da secretaria do departamento, que me auxiliam desde que eu entrei na graduação até os ambulantes nos quais eu almoçava todo dia: todo mundo que passa em nossa vida deixa uma marca, por menor que seja, da mesma maneira que deixamos uma marca por menor que seja na vida dos outros.

Queria ainda deixar um agradecimento especial aos meus orientadores, o Prof. Abimael de Jesus Barros Costa (graduação), que me convenceu a entrar no processo seletivo do mestrado e ao Prof. César Augusto Tibúrcio Silva, que me guiou durante o mestrado. Sou especialmente grato por ter tido a oportunidade de estudar na Universidade de Brasília, que eu amo como minha segunda casa, onde eu me sinto bem e espero nunca perder o vínculo que eu tenho com ela.

Infelizmente não tenho espaço para escrever aqui o nome de todo mundo que eu gostaria e como a pessoa me ajudou, e muita gente nem sabe o tanto que a sua presença foi importante na minha vida. Para esses queridos anônimos, deixo minha gratidão mais sincera.

RESUMO

A vida em sociedade envolve a renúncia a certos comportamentos, vistos normalmente como atos desonestos. Apesar do maior impacto nas vidas alheias de algumas, como assassinato e latrocínio, temos ações menos visíveis, como baixar conteúdo ilegal da internet ou fraudes contábeis. Cabe à própria sociedade entender o porquê dessas ações e criar mecanismos que minimizem as perdas causadas por elas. De um lado, existe a teoria dos estímulos externos ao indivíduo, como o benefício do ato desonesto e a chance de ser pego. De outro, temos a teoria dos estímulos internos, como a preservação da autoimagem e o autoengano. Nesta pesquisa, foi testada a influência de ambas teorias na tomada de decisão de 439 estudantes de ciências contábeis do Distrito Federal frente a um dilema ético no exercício da profissão contábil. Estabelecido o controle, testamos se variáveis externas, como os benefícios a serem auferidos; e internas, como ancoragens religiosa, normativas e políticas ou flexibilidade de categorização teriam efeito sobre o nível de honestidade. Houve significância para o valor da recompensa, o tamanho da alteração proposta pelo dilema ético e a idade dos respondentes. Como existe amparo das duas teorias para os resultados encontrados, não foi possível determinar qual tipo de variável seria mais eficaz para influenciar o comportamento estudado.

Palavras Chave: Honestidade; Finanças Comportamentais; Autoimagem; Ética Contábil

ABSTRACT

Living among society involves renouncing certain behaviors, normally seen as dishonest acts. Despite the great impact on people's lives of some such as murder and robbery, there are less visible actions such as downloading illegal content on the Internet or accounting fraud. It is up to society itself to understand why these actions occur and create mechanisms to minimize losses caused by them. At one side, we have the external influences theory, such as the benefit of the dishonest act and the odds of being caught. At the other, we have the internal influences theory, such as self-image preservation and self-illusions of such. In this research, it was tested the influence of both theories in 439 accounting students from the Federal District's decision making, when faced with an ethical dilemma exercising the accounting profession. Once the control group was established, were tested if external variables, such as the benefit from the dishonest act, and internal, such as religious, normative and political anchors, or categorization malleability. Was found significance to the reward's value, the amount of the manipulation proposed by the ethical dilemma and the age of the respondents. Since there is structural support from both theories, it was not possible to determine which kind of variable would be more effective as to influence the studied behavior.

Keywords: Honesty, Behavioral Finances, Self-Image, Accounting Ethics.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Relação entre benefícios esperados da desonestidade e propensão à desonestidade, sob a perspectiva de recompensas externas	19
Figura 2: Relação entre benefícios esperados da desonestidade e propensão à desonestidade, sob a perspectiva de recompensas externas e internas.....	20
Figura 3: Deslocamento do limiar de ativação do sistema de recompensa internos.....	23

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Quadro 1 Relação Sintética das pesquisas em Ética Contábil	28
Quadro 2: Versões do Questionário e o que pretendem medir.....	30
Tabela 1: Idade dos respondentes.....	38
Tabela 2: Gênero e Experiência Profissional.....	38
Tabela 3: Flexibilidade de Categorização no Controle.....	39
Tabela 4: Questionários V2 e V4.....	41
Tabela 5: Questionários V3.....	42
Tabela 6: Questionários V5 e V6.....	43
Tabela 7: Questionários V7.....	44
Tabela 8: Questionários V8.....	46
Tabela 9: Regressões.....	47

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD	<i>Anno Domini</i>
CEPC	Código de Ética do Profissional Contabilista
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CPI	<i>Corruption Perception Index</i>
CRC	Conselho Regional de Contabilidade
EUA	<i>International Accounting Standards Boards</i>
IAS	Estados Unidos da América
IASB	<i>International Accounting Standards Board</i>
IASC	<i>International Accounting Standards Comittee</i>
IFRS	<i>International Finnancial Reporting Standards</i>
ISAR	<i>International Standards of Accounting and Reporting</i>
MIT	<i>Massassuchets Institute of Technology</i>
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
SEC	<i>Seccurity and Exchanges Commission</i>
UNCTAD	<i>United Nations Conference on Trade and Development</i>
US GAAP	<i>United States of America Generally Accepted Accounting Principles</i>

Sumário

LISTA DE FIGURAS	9
LISTA DE TABELAS E QUADROS	10
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	11
1. INTRODUÇÃO	13
1.1. Contextualização.....	13
1.2. Objetivo.....	16
1.3. Justificativa	16
2. REFERENCIAL TEÓRICO	17
2.1. Teoria Clássica (Estímulos Externos)	18
2.2. Teoria Comportamental (Estímulos Internos)	19
2.2.1. O Autoengano.....	21
2.2.2. O Limiar de Ativação.....	21
2.2.3. A Flexibilidade de Categorização.....	24
2.3. Ética e Contabilidade.....	25
2.4. Conclusão.....	28
3. PROCEDIMENTOS DE PESQUISA E METODOLOGIA	30
3.1. Questionário.....	30
3.2. Amostra Descartada.....	32
3.3. A Coleta.....	33
3.4. Tratamento dos Dados e Hipóteses.....	34
3.5. Limitações da Pesquisa.....	36
4. ANÁLISE DE RESULTADOS	38
4.1. Descrição da Amostra Obtida.....	38
4.2. Flexibilidade de Categorização.....	39
4.3. Ancoragem Política.....	40
4.4. Tamanho da Trapaça.....	41
4.5. Ancoragem Normativa.....	42
4.6. Tamanho da Recompensa.....	44

4.7. Ancoragem Religiosa.....	45
4.8. Idade, Gênero e Experiência.....	46
5. CONCLUSÕES.....	47
Referências.....	49
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIOS.....	56
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO DESCARTADO.....	65
APÊNDICE C – AMOSTRA.....	76
APÊNDICE D – REGRESSÕES.....	78

1. INTRODUÇÃO

1.1. Contextualização

Ao se viver em sociedade, os indivíduos estão sujeitos a certos direitos e deveres, estabelecidos através do contrato social, como teorizam Thomas Hobbes (2006), John Locke (1994) e Jean-Jacques Rousseau (1989). Extrapolações ou negligências dos ditos direitos e deveres são normalmente vistos como ações ‘desonestas’ e fazem parte da vida cotidiana.

Parte intrínseca de tal vivência, segundo tais teorias, é abdicar de certas ações. Um indivíduo pondera que um ato desonesto pode ferir sua relação com outrem, que por sua vez pode querer alguma forma de vingança, por exemplo. Não importa nesse contexto se a necessidade de um governo e de um contrato é intrínseca ao homem ou se foi fruto de sua relação com o meio. Os efeitos gerados por atos desonestos são, invariavelmente, passos em direção a estado de possível selvageria.

Não obstante o consenso comum de que atos desonestos prejudicam a sociedade, sua ocorrência persiste. A entidade não governamental *Transparency International* divulga um Índice de Percepção da Corrupção (CPI). O índice varia de 0 a 100 e, quanto menor, maior a percepção de mau uso do poder público em benefício do poder privado do país. O Brasil, em 2014, ocupava a 69ª colocação, com uma pontuação de 43. A Dinamarca, primeira colocada, tem um CPI de 92 e a Somália empata com a Coreia do Norte com um CPI 8, na 174ª colocação (TRANSPARENCY INTERNATIONAL, 2014).

Em uma pesquisa brasileira de 2009 realizada pelo Instituto de Pesquisas Datafolha, 83% dos entrevistados admitiram ter cometido alguma prática ilegítima, como ter recebido troco a mais e não devolver, comprar produtos piratas ou roubar suprimentos de escritório de seu trabalho (DATAFOLHA, 2009). Ainda segundo a pesquisa, na faixa etária entre 16 e 24 anos, a taxa chega a 93%. Organicamente, tais desvios de conduta resultam eventualmente em sinistros financeiros. Estimativas anuais de tal sinistro gerado por furtos e fraudes dos funcionários das empresas chega ao montante de 5% do lucro gerado. Considerando o PIB mundial de 2013, tal porcentagem revela um potencial de fraudes cometidas que chega a US\$ 3,5 trilhões ao redor do mundo (ASSOCIATION OF CERTIFIED FRAUD EXAMINERS, 2014).

Além de infrações mais óbvias, como assassinato e narcotráfico, existem os crimes de ‘colarinho branco’. Podemos citar como exemplo no mundo moderno o escândalo da Enron,

que estourou em 2001 e é visto como um grande abalo de confiança e crise de governança corporativa, que abalou não só a confiança na empresa como na classe contábil, na *United States Security Exchange Commission* – (SEC) e no mercado acionário estadunidense. Motivada por esse e outros escândalos contábeis, no ano seguinte, era assinada a Lei Sarbanes-Oxley, uma tentativa de moralizar a governança corporativa das empresas do país e recuperar a confiança dos investidores. No entanto, evasões com menos visibilidade e com menor potencial lesivo ocorrem concomitantemente, variando desde superestimar perdas a fim de lesionar companhias de seguros a *downloads* de *software* e mídia pirata pela *internet*.

Nesse contexto, pode-se dizer que a honestidade é importante em uma sociedade à medida que sua ocorrência – ou a adesão aos direitos e deveres do contrato social – em um agrupamento permite um equilíbrio social pleno. North e Weingast (1989) argumentam como o exercício arbitrário do poder confiscatório da Coroa britânica culminou na revolução de 1668. No referido caso, a Coroa, ao extrapolar seus direitos sobre os indivíduos na forma do fisco, invadiu a seara do direito à propriedade dos indivíduos, gerando um ambiente político instável que levou à remoção do rei Jaime II do trono (NORTH, WEINGAST, 1989).

O exercício indiscriminado de um direito, ou a negligência de um dever, gera portanto, um desequilíbrio na ordem social, à medida que o praticante adquire para si um poder indevido, que normalmente tem como resultado o cerceamento do poder de outrem. Não obstante, um exercício exacerbado de um direito muitas vezes resulta imediatamente na negligência de um dever, e vice-versa.

Um ambiente onde os direitos e deveres dos indivíduos e instituições são instáveis, estando sujeitos à arbitrariedade alheia, é igualmente instável. Segundo Ariely (2009), a falta de confiança em uma sociedade leva a uma diminuição de pagamentos antecipados, concessão de crédito e disposição a correr riscos.

De tal perturbação se origina o comportamento ilícito. Becker (1968) constrói uma estrutura teórica que busca compreender o ato criminoso através de uma perspectiva econômica. Em tal estrutura, o indivíduo toma a decisão relativa à atitude desonesta levando em conta uma ponderação de custo/benefício; sendo o custo função da chance de ser pego e da magnitude da punição (BECKER, 1968). As variáveis externas investigadas nessa pesquisa partem dessa linha de pesquisa.

Existem ainda estudos que apontam também variáveis internas ao indivíduo na sua tomada de decisão (BEAMAN *ET AL*, 1979; MAZAR *ET AL*, 2008; HENRICH *ET AL*, 2001; KNUTSON *ET AL*, 2001). Tais variáveis incluem a necessidade que o ser humano tem de preservação de uma boa autoimagem de suas atitudes e seu caráter, mas também vieses

comportamentais, como o autoengano e a flexibilidade de categorização. O autoengano diz respeito a enxergar atos desonestos como de fato desonestos. Já a flexibilidade de categorização ocorre normalmente quando a natureza do benefício de um ato não é em dinheiro, por exemplo.

Kothari *et al* (2008) demonstram em seu artigo que o comportamento oportunista de gerentes que atrasam a divulgação de notícias ruins sobre seu negócio, na tentativa de o valor das ações da empresa, na verdade aumenta o custo de capital da empresa como um todo ao longo prazo. Seria, portanto, um bom exemplo de como a desonestidade gera um benefício paliativo, cujo custo será eventualmente percebido.

Mazar *et al* (2008) conduziram experimentos com a finalidade de isolar variáveis as quais influenciem a adesão dos indivíduos às normas sociais, ou seja, a honestidade de suas atitudes. Os autores encontraram evidências que suportam sua teoria de manutenção da autoimagem, oferecendo subsídio prático para frear a desonestidade na vida cotidiana (MAZAR *ET AL.*, 2008)

Crises de confiança como a do subprime de 2008 geram efeitos perversos, os quais não se restringem aos agentes diretamente envolvidos, uma vez que a economia global é cada vez mais interdependente. Alguns autores discutem sobre o papel de práticas contábeis que inflavam de maneira inadequada o patrimônio dos bancos na consolidação da crise financeira (KHAN, 2010; HUIZINGA, LAEVEN, 2009; LAUX, LEUZ, 2010). Assim, o efeito da desonestidade de um contador que superestimava o valor de títulos de hipoteca pode ser sentido em um país que dependia dos EUA para o equilíbrio da sua balança de pagamentos, por exemplo. Com a ascensão do mercado financeiro, portanto, a contabilidade adquire uma responsabilidade cada vez maior na economia mundial. Dessa maneira, podemos argumentar que diversos atos desonestos praticados por diferentes agentes permeiam as nossas relações sociais, se caracterizando como uma fonte de instabilidade socioeconômica. Nesse contexto, tal fenômeno deve ser compreendido e estudado, com fins a ser minimizado.

Esta pesquisa se propõe a investigar a influência de variáveis na adesão dos indivíduos ao contrato social, ou seja, sua honestidade. Existem as considerações econômicas clássicas, como o valor de ganhos externos e o risco de punição. Existem, no entanto, outras variáveis, atribuídas a fatores psicológicos, ou internos, os quais, apesar de individuais, podem ser aplicados a uma massa. Seguindo a linha de Mazar *et al* (2008), que é a principal fonte de inspiração desta pesquisa, o que se explora, especificamente, é o efeito de manipulações contextuais, as quais não dizem respeito diretamente à situação que demanda uma tomada de decisão, porém que podem influenciar o indivíduo.

1.2. Objetivo

O objetivo geral do trabalho é testar se e quais variáveis associadas às teorias dos estímulos externos e internos influenciam a adesão às normas da área contábil frente a uma oportunidade de enriquecimento ilícito. As variáveis externas são as associadas à natureza e ao valor da recompensa, enquanto as internas estão associadas à autoimagem do indivíduo como pessoa honesta. Espera-se identificar quais seriam os caminhos mais eficazes no que tange a minimização do ato desonesto através de diversas alterações contextuais.

Os objetivos específicos são a realização de um experimento cujo *design* permita isolar os diferentes tipos de influências para que, através de testes estatísticos, sejam criados dados os quais permitam tirar conclusões sobre o objetivo geral com razoável significância.

1.3. Justificativa

A natureza das informações financeiras e de seu fluxo colocam a contabilidade como um pilar essencial da manutenção do sistema financeiro, logo, da ordem econômica e social. Tal aspecto produz efeitos na regulação contábil e financeira, bem como na cultura de governança corporativa atual.

No entanto, a ética aplicada à contabilidade é ainda um campo de estudo relativamente pouco explorado, em relação a seu potencial. Não obstante, existem pesquisas recentes, inclusive nas áreas comportamentais, como Emerson *et al* (2007), Lustosa *et al* (2010), Lucena *et al* (2011) e Dantas *et al* (2012).

Quanto à metodologia, foi montada com base em pesquisas seminais e de maneira a obter resultados a partir de dados com a maior significância possível, em termos de escala e qualidade.

Partindo de tais considerações, esta pesquisa realiza esforços para aplicar os achados de Mazar *et al* (2008), bem como as considerações propostas por Becker (1968), ao exercício da ética na profissão contábil. Espera-se, ao fim da pesquisa, obter informações que permitam discutir com mais propriedade como e por que a adesão às normas ocorre, dando base para seu incremento.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Na tentativa de se pesquisar os desvios aos padrões éticos existentes, temos duas abordagens principais e complementares. A primeira, originada na teoria racional e positivista, atribui o custo de tal comportamento a dois fatores: a probabilidade de ser pego e a magnitude da punição. Além do custo, existe o benefício a ser percebido com o ato desonesto. Tal relação é então comparada com a do mercado relação que o indivíduo tem acesso no mercado formal. Assim, se o custo/benefício do ato desonesto for maior que o do ato honesto, o indivíduo escolhe o ilícito. Essa abordagem leva em conta, portanto, apenas estímulos externos guiando a tomada de decisão.

A outra abordagem agrega à consideração custo/benefício do indivíduo elementos das Finanças Comportamentais, relacionando-se estruturalmente com áreas do conhecimento como a Sociologia, Psicologia, Antropologia e Neuroeconomia. Nesse contexto, existem mecanismos internos ao indivíduo, os quais seriam ativados por manipulações contextuais não levadas em conta na teoria clássica. A contribuição da segunda abordagem para esta pesquisa reside, basicamente, em considerações internas associadas à preservação da autoimagem do indivíduo. Tal mecanismo de preservação é ativado, no caso, por âncoras morais, ou mudança da natureza do benefício, mas não de seu valor monetário.

2.1. Teoria Clássica (Estímulos Externos)

Becker (1968), em seu artigo seminal, aborda os determinantes da criminalidade sob uma ótica econômica. Em sua estrutura teórica, o ato criminoso (ou desonesto) é resultado de uma análise racional feita pelo réu sobre a lucratividade do ato. A relação custo/benefício é comparada com o mercado formal, e o agente toma uma decisão com o fim de maximizar sua utilidade (BECKER, 1968). Dessa maneira, as variáveis envolvidas seriam os ganhos potenciais da ação desonesta, a severidade de punição, a probabilidade de ser pego e o salário alternativo no mercado formal, na função de custo de oportunidade (BECKER, 1968).

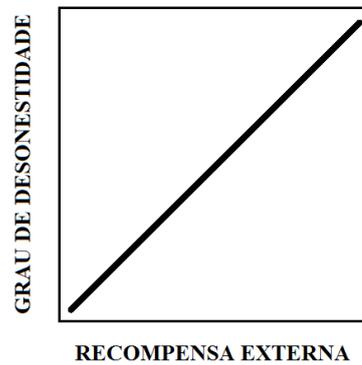
Enquanto Becker (1968) traça sua estrutura conceitual voltada para o comportamento individual, Glaeser *et al* (1996) abordam outra variável que influencia os desvios de honestidade: as interações sociais. Partindo do aumento da criminalidade em centros urbanos, os autores argumentam que os criminosos são capazes de transmitir a outros indivíduos seu conhecimento sobre o crime, melhorando a relação custo/benefício. Isso pode ocorrer tanto aumentando os benefícios da ação quanto diminuindo a probabilidade de ser pego. Os resultados dos autores sugerem ainda que o montante de interações vai diminuindo em função da gravidade do crime, sendo praticamente inexistente em homicídio e estupro, por exemplo (GLAESER *ET AL*, 1996).

Tais teorias de crime e punição formam a base da maioria das medidas políticas apontadas como prevenção do crime, guiadas normalmente por fiscalização e punições mais severas. Nagin e Pogarsky (2003), analisando as três variáveis externas principais, sugerem ainda uma maior eficiência em aumentar a probabilidade de ser pego do que aumentar a gravidade da punição.

A principal crítica a tais teorias é a de levar em conta como variáveis capazes de influenciar o grau de comportamento desonesto apenas fatores externos ao indivíduo, baseando-se no *homo economicus*. A fim de complementar tal campo de estudo, é necessário levar em conta também a teoria dos estímulos internos.

De qualquer maneira, o resultado dessas teorias dos estímulos externos influenciando o comportamento criminoso seria uma relação linear entre o custo/benefício externo e a ocorrência do comportamento desonesto. Tal relação está representada graficamente na Figura 1.

Figura 1: Relação entre benefícios esperados da desonestidade e propensão à desonestidade, sob a perspectiva de recompensas externas



Fonte: Adaptado de Mazar e Ariely (2006)

2.2. Teoria Comportamental (Estímulos Internos)

Segundo o trabalho de vários psicólogos (por exemplo, CAMPBELL, 1964; DILULIO, 1996; HENRICH *ET AL*, 2001), os indivíduos, no processo de socialização, internalizam as normas e os valores do meio social no qual estão inseridos.

Tal conceito teria algum poder explicativo inclusive em pesquisas da linha clássica, como Glaeser *et al.* (1996): a transferência do *know how* entre um criminoso e alguém que nunca cometeu um crime implica no indivíduo inidôneo absorver valores perversos de outrem. Assim, quanto mais indivíduos praticam um desvio menor de honestidade, mais pessoas se sentem propensas a praticar o mesmo desvio, através da socialização.

Melo e Silva (2010) encontram, em sua pesquisa, indícios de que a idade, o gênero e a ocupação possuem influência no conceito comportamental de aversão à perda. Constatada, portanto, tal influência, é possível supor que tais aspectos influenciem outros conceitos, tais como, por exemplo, a autoimagem dos indivíduos.

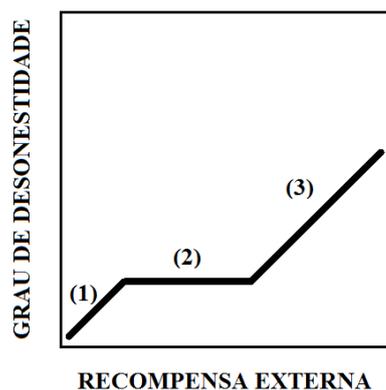
A autoimagem diz respeito à maneira como as pessoas enxergam a si mesmas (ARONSON, 1969; BEM, 1972). Parte-se do pressuposto de que as pessoas possuem a necessidade de se sentirem bem consigo mesmas. Adicionado ao processo de socialização, o resultado é uma massa de pessoas que valorizam a honestidade, possuem crença em sua própria moralidade e aspiram manter tal aspecto em si (GREENWALD, 1980; GRIFFIN; ROSS, 1991; SANITIOSO *et al*, 1990). Como consequência de tal paradigma, podemos citar o experimento de McCormick *et al* (1986), no qual cerca de 80% dos participantes se consideraram motoristas com habilidade acima da média, o que contraria a lógica matemática.

As evidências de tal sistema podem ser visualizadas por experimentos realizados com tomografias e ressonâncias no cérebro de um indivíduo quando confrontado com certos eventos. De Quervain *et al* (2004) e Rilling *et al* (2002) demonstram que certas interações de caráter social ativam os mesmos centros cerebrais de recompensa do que estímulos externos, que são ativados também através de ganhos monetários (KNUTSON *et al*, 2001), ou comida e bebida favoritas (O'DOHERTY *et al*, 2002)

Essa internalização de normas e valores sociais serve, portanto, como uma referência com a qual o indivíduo compara seu comportamento. Ao se adequar ao sistema interno, o indivíduo recebe uma recompensa positiva; logo, ao se desviar, recebe uma negativa. Tais recompensas compõem, junto com os estímulos externos, a relação de custo/benefício utilizada na tomada de decisão de se aderir a uma prática desonesta ou não. Dessa maneira, pode um indivíduo não tomar uma decisão desonesta lucrativa a fim de manter sua própria integridade. Ao praticar a ação desonesta, o indivíduo teria um custo em sua autoimagem que os benefícios externos auferidos podem não compensar em suas ponderações.

A relação entre a possibilidade de desonestidade e os benefícios externos auferidos conta, portanto, com um limiar, no qual o dano à autoimagem ultrapassa os benefícios do ato desonesto, o que leva o indivíduo a permanecer íntegro (MAZAR *et al* 2008), conforme a Figura 2.

Figura 2: Relação entre benefícios esperados da desonestidade e propensão à desonestidade, sob a perspectiva de recompensas externas e internas



Fonte: Adaptado de Mazar e Ariely (2006)

2.2.1. O Autoengano

A área (1) da Figura 2 diz respeito a infrações menores, com recompensas pouco expressivas, ou de caráter ambíguo, por exemplo. Nessa região, o indivíduo não enxerga seu ato como de fato desonesto, seja por socialização, escala ou pela própria natureza do ato. Tal conceito é definido em Trivers (2000) e Greenwald (1997) como *self-deception*, ou autoengano, em tradução livre.

Aqui podemos dialogar com a clássica situação de roubo de canetas ou resmas do escritório. São atos praticados por muitos colegas de trabalho, com um impacto não muito expressivo nas contas da empresa, os quais pode o trabalhador inclusive se achar no direito de fazer por considerar seu salário muito baixo, por exemplo.

Em um ambiente no qual todos os colegas se comportem dessa maneira naturalmente, o indivíduo é mais propenso a agir conforme a massa. O mecanismo de preservação de autoimagem não é ativado, pois o indivíduo não sente nem que está prejudicando alguém nem que está enriquecendo ilicitamente, devido à baixa materialidade do fato. Dessa maneira, fica o indivíduo inclinado à desonestidade, uma vez que tal ato não fere sua autoimagem (MAZAR *et al*, 2008).

Na área (2), atingimos um ponto a partir do qual o ato desonesto possui efeito sobre a autoimagem do indivíduo. Um trabalhador não vê problema em levar uma caneta do escritório consigo em seu estojo, porém não levaria uma caixa de canetas, por exemplo. Ao levar uma caixa, o praticante do ato teria mais claro que está causando um prejuízo expressivo e se beneficiando de maneira indevida e relevante. Para não se considerar um criminoso, portanto, tal comportamento é evitado (MAZAR *et al*, 2008).

Os benefícios a serem auferidos com atos criminosos, porém, possuem um potencial infinito, ao contrário do instinto de preservação da autoimagem. Quando o custo da integridade moral é ultrapassado pelo benefício externo, portanto, atingimos a área (3), na qual o sistema interno de recompensas não possui mais influência na tomada de decisão (MAZAR *et al*, 2008).

2.2.2. O Limiar de Ativação

O início da área (2) da Figura 2 é o ponto no qual o sistema individual de preservação da autoimagem é ativado. Tal ponto é um limiar, a partir do qual não pode o indivíduo ignorar a essência desonesta de seu ato (MAZAR *ET AL*, 2008).

Uma vez estabelecido tal limiar de ativação, teoriza-se que ele seja maleável, ou seja, que certas variáveis influenciam a maneira como ele é ativado, no tocante à sua amplitude. Ou seja, os mecanismos internos de recompensa podem tornar-se mais ativos e impedir que uma quantidade maior de atos desonestos ocorram, dadas as condições apropriadas.

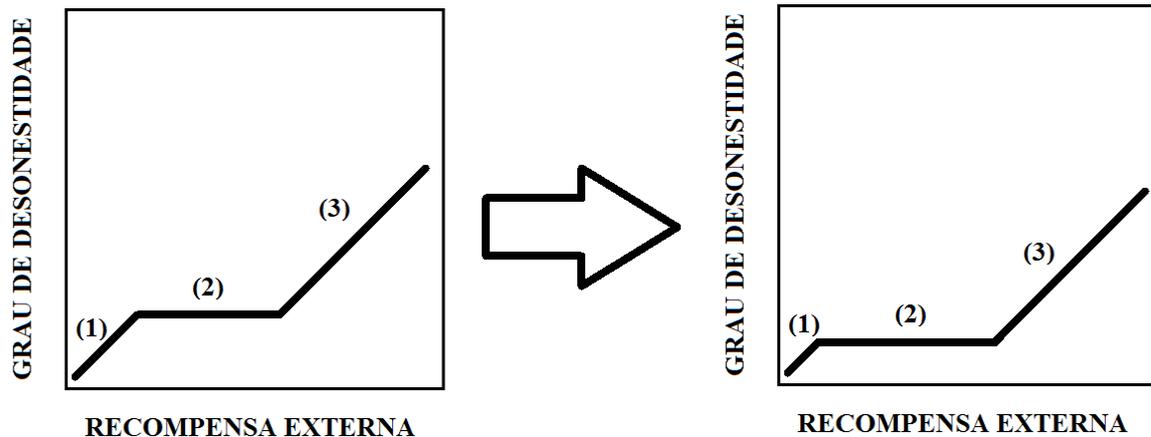
Uma dessas variáveis é a consciência de si. A premissa é que, ao se contemplar, o indivíduo percebe melhor o seu padrão de referência comportamental, e possui mais chances de querer se adequar à sua autoimagem.

Beaman *et al* (1979) conduziram um experimento de ‘doces ou travessuras’ durante o feriado estadunidense de Halloween (31 de Outubro). Durante a tradição das crianças irem fantasiadas às casas da vizinhança para arrecadar doces, o pesquisador as convidava para entrar na casa, dizia-lhes para pegar apenas uma bala de um pote sobre uma mesa e, em seguida, deixava-as sozinhas na sala.

A primeira variável explorada foi relacionada a estímulos tanto externos quanto internos: o pesquisador, antes de dar-lhes a oportunidade de praticar o ato desonesto, perguntava-lhes seu nome e endereço. Beaman *et al.* (1979) perceberam que tal atitude tornava menos provável que as crianças pegassem mais de uma bala. No entanto, apesar de tentar atribuir tal efeito a uma maior consciência de si, existe a possibilidade das crianças tomarem tal decisão honesta por entenderem que seria mais fácil serem pegas.

Assim, Beaman *et al* (1979) modificaram o experimento, colocando um espelho diretamente atrás da tigela de balas. O resultado foi semelhante: ao ter que se enxergar em um espelho antes de tomar a decisão, a probabilidade do ato desonesto ocorrer diminuiu. Assim, sugere a pesquisa que a ativação do limiar pode ser estimulada pela autoconsciência, reduzindo a desonestidade potencial de um grupo (BEAMAN *et al* 1979). Fenigstein e Levine (1984) expõem outra alternativa de se aumentar a autoconsciência: escrever pequenas histórias sobre si mesmo. A figura 3 representa graficamente como pode o limiar aumentar e abranger mais ações desonestas as quais não seriam impedidas pelo sistema interno de recompensa anteriormente:

Figura 3: Deslocamento do limiar de ativação do sistema de recompensa internos



Fonte: Adaptado de Santos (2011)

Mazar *et al* (2008) realizaram um experimento no qual era aplicado aos participantes um teste matemático de 20 questões, a serem respondidas em 5 minutos. Após o teste, o participante recebia U\$ 0,50 para cada questão correta. Estabelecido o grupo de controle, os pesquisadores inseriram a possibilidade de se trapacear: após o teste, os participantes eram instruídos a triturar seu cartão de respostas e indicar em uma folha separada quantas questões acertaram. Tal possibilidade ampliou o nível de desonestidade dos participantes (MAZAR *et al.*, 2008).

Introduziram então os pesquisadores uma nova variável: o participante, antes de responder ao teste, assinava uma declaração a respeito de um 'código de honra' do MIT – *Massachusetts Institute of Technology*. Tal código, era, no entanto, fictício, inventado para fins da pesquisa. O resultado, no entanto, era que tais participantes responderam, em média, o mesmo tanto de questões do grupo de controle; ou seja, a fraude foi eliminada através de um lembrete moral, na forma de um código de honra que não existe (MAZAR *et al.* 2008).

O experimento foi replicado em Yale, onde havia, de fato, um código de honra formal, obtendo resultados idênticos. Os autores concluíram então que não seria o próprio código de honra ou a punição externa implícita associada que alteravam a tomada de decisão, mas sim o lembrete ao participante de sua própria moralidade (MAZAR *et al.* 2008). Pode ser, porém, que a menção de um código de honra, mesmo que este não exista, desperte no participante o pensamento de que, havendo alguma regulação, as chances de ser pego são maiores.

Outra espécie de lembrete moral testado no experimento de Mazar *et al* (2008) foi a ancoragem religiosa: à medida que os participantes, antes de responderem aos questionários, eram requeridos a tentar se lembrar dos dez mandamentos, respeitadas as diferenças entre tradições judaico-cristãs, o nível de trapaça diminuiu. Mazar *et al* (2008) teorizam então que,

mesmo o participante não sendo religioso, o lembrete moral através de máximas que costumam ser universalmente aceitas (não matarás, não furtarás...) seria o suficiente para atingir o limiar de ativação do sistema de recompensas interno.

De fato, Conroy e Emerson, (2004) encontram uma relação positiva entre a religiosidade dos participantes de seu experimento e a não aceitação de situações eticamente questionáveis. No entanto, os resultados no sentido de tentar associar ética e religiosidade são ambíguos, conforme relata Parboteeah *et al* (2008).

2.2.3. A Flexibilidade de Categorização

Outra variável que altera o limiar de ativação do sistema de recompensas interno, a flexibilidade de categorização diz respeito à maneira como um indivíduo pode reinterpretar um ato desonesto como honesto (MAZAR *et al*, 2008). Portanto, quanto maior for a flexibilidade de categorização, maior é a chance de ocorrer o comportamento desonesto. Quando um indivíduo, frente a um ato desonesto, o interpreta como honesto, ocorre o fenômeno do ‘autoengano’.

Tal conceito está relacionado também com as visões irrealisticamente positivas de si mesmo expostas em McCornick *et al* (1986) e Alicke *et al* (1995). Em suma, a maioria das pessoas crê ser mais inteligente, mais bela, ou dirigir melhor que a média da população – o que contraria a lógica. Isso ocorre à medida que o cérebro é capaz de mascarar as reais intenções do indivíduo, também como um mecanismo de preservação da autoimagem positiva. Assim, além de impedir que o indivíduo contrarie sua integridade praticando um ato desonesto, pode o cérebro também alterar a maneira como o indivíduo encara o ato desonesto, de maneira que o sistema interno não reconhece o ato lesivo como desonesto.

Mazar *et al* (2008) testaram a hipótese de que a desonestidade aumenta com o aumento de flexibilidade de categorização. Para isso, utilizaram em seu experimento um intermediário de troca imediata. Ou seja, o indivíduo respondia um teste no qual a cada resposta certa ele ganhava mais dinheiro, porém o examinador dava ao indivíduo fichas, para que o candidato as trocasse por dinheiro vivo com outro aplicador do teste, o qual estava sentado a alguns metros de distância.

O resultado foi que, de fato, ao não lidar com dinheiro diretamente, o nível de desonestidade aumentou. Da mesma maneira como um funcionário se auto engana ao furtar um

lápiz do seu escritório ou superestimar despesas de viagem, as pessoas tendem a trapacear mais ao não lidar com dinheiro vivo (MAZAR *et al* 2008).

Ariely (2009) realizou um experimento no qual colocou latas de refrigerante em geladeiras dos alojamentos do MIT, as quais desapareceram completamente em 72 horas. Porém, ao deixar 1 dólar – o mesmo valor das latas – em um prato na geladeira, o dinheiro encontrava-se no mesmo local após 72 horas. Especula o autor que os alunos racionalizam que não há problema em furtar uma lata de refrigerante uma vez que os próprios alunos já tiveram latas furtadas (ARIELY, 2009). Além disso, ao se deparar com dinheiro ficaram mais evidentes aos estudantes o benefício indevido e o potencial lesivo do ato (ARIELY, 2009)

2.3. Ética e Contabilidade

A questão da ética dos contadores ficou em foco com o escândalo da Enron, em 2001, visto como uma das mais graves crises de governança corporativa da história. De acordo com Baker e Hayes (2004), a aplicação do princípio contábil da essência sobre a forma teria dado aos usuários da informação uma visão mais realista do patrimônio da entidade. Ainda segundo os autores, o fato dos *United States of America Generally Accepted Accounting Principles* – US GAAP serem extremamente normativos colaborou para que a Enron pudesse encontrar brechas na legislação para maquiar seus resultados.

Partindo do ensaio de Ryan (2008), podemos argumentar que a crise do sub-prime de 2008 teve como uma de suas causas o exercício inadequado da profissão contábil, através de normas confusas. De fato, diversos autores defendem que é de melhor qualidade a informação gerada em um sistema contábil baseado em princípios ao invés de normas (SHORTRIGE, MYRING 2004; AGOGLIA *ET AL*, 2011). Não importa se por má-fé ou imperícia, a aplicação inadequada de critérios contábeis fere a ética profissional. Assim, um ‘contrato social’ contábil deve ser claro quanto às obrigações e deveres de todos os envolvidos, a fim de promover um sistema de informações confiáveis.

O princípio da essência do fato econômico sobre a sua forma é encontrada em normas editadas por comitês internacionais de contadores como os *International Accounting Standard* - IAS, bem como nos *International Financial Reporting Standards* – IFRS. Os IAS foram emitidos entre 1973 e 2001 pelo *International Accounting Standards Comitee* – IASC, o predecessor do *International Accounting Standards Boards* – IASB, responsável pelo IFRS.

Os resultados da pesquisa empírica de Emerson *et al* (2007) sugerem que um contador estaria mais inclinado a tomar uma atitude antiética que possa causar dano físico a outrem do que ir contra uma norma contábil. Segundo Bies (2002), no entanto, não existe possibilidade hábil de se legislar sobre qualidade e integridade, de maneira que um sistema sem brechas legais não seria suficiente para prevenir escândalos futuros.

O próprio frei Luca Pacioli, visto como o ‘pai da contabilidade’ ao publicar o primeiro escrito sobre o método das partidas dobradas, aborda a ética no contexto contábil em sua obra *Summa de Arithmetica, Geometrica, Proportioni et Proportionalita*. Apesar de ser franciscano, ramo da igreja católica associado normalmente ao voto de pobreza, o frei declara não haver problema em se buscar o lucro de forma justa e honesta, vinculando, no entanto, a prática da caridade aos negócios (FISCHER, 2000). Pacioli traça dois critérios éticos principais na busca pelo lucro: a legalidade e a honestidade, e chega a mencionar negativamente a prática de se manter duas escriturações separadas (uma para compradores e outra para vendedores) (FISCHER, 2000; CRIPPS, 1995).

Indo mais além, recomenda ainda o frei que as escriturações contábeis sejam datadas utilizando a nomenclatura *Anno Domini* (AD) – Ano do Senhor, análoga ao ‘Depois de Cristo’ e com cruces em suas capas, de modo a lembrar o profissional constantemente de ser ético e trabalhar em prol do deus cristão (FISCHER, 2000; CRIPPS, 1995). Segundo o frei, um negócio seria bem-sucedido à medida que levasse em conta os preceitos éticos cristãos, como podemos ver na passagem:

Ocorreu de que vários sem capital próprio, com bom crédito, fizeram grandes transações com tal crédito, que mantiveram com fé, tornando-se muito prósperos.. (...) Confiança e fé nos comerciantes de boa reputação é o que mantém um mercado eficiente. Isso não é estranho, uma vez que a fé de um cristão em deus funciona da mesma maneira para manter a religião eficiente (tradução livre de CRIPPS, 1995)

Hoje em dia, diferente de quando a *Summa* foi escrita, a profissão contábil é institucionalizada, existindo normalmente a necessidade de um diploma de curso superior e registro no órgão de classe correspondente para o exercício da profissão. Dessa maneira, as noções de ética contábil são – ou deveriam ser – ensinadas no currículo dos cursos de contabilidade, a fim de se fortalecer a ética dos profissionais (SIRGY ET AL., 2005).

Bansal (2014) menciona como gargalos no ensino de ética contábil questões orçamentárias, a falta de profissionais especialistas em ética, assim como a apreensão de professores de contabilidade em discutir o tema. Tweedie *et al* (2013) expõem a possibilidade

de se ensinar ética contábil de uma maneira mais adequada, que leve em conta padrões éticos diferentes dos ocidentais, necessitando de menos espaço adicional no currículo dos cursos e menos preparação adicional dos educadores através de uma abordagem a qual introduza os valores éticos utilizando temas discursivos.

Simkin e McLeod (2010) encontram como as principais causas para os estudantes universitários trapacearem um desejo de estar à frente dos outros. Levitt e Lin (2015) encontram evidência de que cerca de 10% dos alunos de um curso de ‘ciências gerais em uma renomada universidade’ trapacearam em provas aplicadas ao longo do semestre. Ao se definir assentos randômicos e aumentar a fiscalização da sala, os autores encontraram que o nível de ‘cola’ na prova virtualmente desapareceu (LEVITT; LIN, 2015). Analogamente, o que impede os estudantes de trapacearem costuma ser uma âncora moral, como um professor de ética com reputação inidônea (SIMKIN; MCLEOD, 2010).

No Brasil, apontam Cavalcante *et al* (2011) que a maioria das universidades federais brasileiras oferece, de fato, disciplinas de ética e sociologia, conforme recomendado pelo currículo mundial de contabilidade proposto pela ONU/UNCTAD/ISAR. A pesquisa de Freitas *et al* (2011), realizada com estudantes de nível superior do curso de contabilidade, demonstra que o julgamento moral dos alunos é condizente com o esperado de um futuro profissional. No entanto, os alunos não entendem claramente o conceito de ética e não conhecem o Código de Ética Profissional do Contabilista, embora o julguem importante (FREITAS *et al*, 2011).

De fato, o livro didático mais atual sobre ética contábil que pode ser utilizado em um curso superior é o ‘Ética Geral e Profissional em Contabilidade, 2ª edição, 1997, escrito pelo autor Lázaro Plácido Lisboa. Ou seja, é um livro escrito há duas décadas atrás, bem anteriormente a escândalos como o da Enron ou a aprovação do ato Sarbanes-Oxley.

Dantas *et al* (2012) investigaram se os alunos do curso superior de ciências contábeis reagem a estímulos morais, sendo o estímulo investigado a leitura do juramento prestado pelos formandos. Os autores chegaram ao resultado que, de fato, tal estímulo moral teve um impacto sobre a tomada de decisão dos alunos, diminuindo os desvios éticos.

Lustosa *et al* (2010) encontraram relação direta entre o julgamento moral dos contadores brasileiros e as teorias da equidade moral e do contratualismo, de maneira que tal julgamento seria relacionado com o que os contadores preveem do próprio comportamento. Lucena *et al* (2011) encontraram que os operadores da contabilidade (aqui incluídos os auditores) são influenciados em suas atitudes morais pelos efeitos cognitivos do excesso de

confiança, ancoragem e julgamentos probabilísticos. Uma relação sintética dos achados da literatura pode ser visualizada no Quadro 1.

Quadro 1 – Relação Sintética das pesquisas em Ética Contábil

Pesquisa	País	Resumo
Sirgy <i>et al</i> (2005)	EUA	O ensino de ética contábil deve estar incluso no currículo dos cursos de contabilidade
Simkin e Mcleod (2010)	EUA	Estudantes universitários trapaceiam por querer estar na frente dos outros
Lustosa <i>et al</i> (2010)	Brasil	Evidências de julgamentos comportamentais nas atitudes dos contadores
Lucena <i>et al</i> (2011)	Brasil	Profissionais contábeis são influenciados por excesso de confiança, ancoragem e julgamentos probabilísticos
Cavalcante <i>et al</i> (2011)	Brasil	As universidades brasileiras oferecem currículo adequado de ética e sociologia
Freitas <i>et al</i> (2011)	Brasil	A moral dos estudantes é condizente com o esperado da categoria profissional
Dantas <i>et al</i> (2012)	Brasil	Estímulos morais tem impacto sobre a tomada de decisão dos alunos.
Tweedie <i>et al</i> (2013)	EUA	Propostas de se ensinar ética de maneira mais eficiente
Bansal (2014)	EUA	Os gargalos do ensino de ética contábil são o orçamento e a falta de profissionais qualificados
Levitt e Lin (2015)	EUA	Evidências de que cerca de 10% dos alunos de uma universidade trapacearam nas provas

Fonte: Elaborado pelo autor

2.4. Conclusão

Com base nesse referencial teórico, a pesquisa foi estruturada com a finalidade de detectar influências no nível de honestidade da amostra selecionada. Partindo diretamente da teoria dos estímulos externos, foi testado se a diminuição do valor da recompensa de um ato em desacordo com a profissão contábil diminuiria também o nível de honestidade de uma população. A outra variável testada foi o tamanho da trapaça, relacionada com a probabilidade de ser pego.

No Brasil, através da Resolução CFC nº 1.055/05, foi criado o CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis, entidade autônoma cujo objetivo é estudar, preparar e emitir pronunciamentos técnicos contábeis, a serem observador pelas entidades reguladoras. O documento CPC 25 trata de Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, correlacionado com o IAS 37.

Segundo tal pronunciamento, um processo judicial contra uma entidade deve ter uma provisão reconhecida, caso exista evidência de que seja provável um desembolso por parte

da empresa. Além disso, deve ser possível fazer uma estimativa confiável do valor da obrigação. Para tal processo, utiliza-se evidência como experiências semelhantes, julgamentos da administração ou relatórios de peritos independentes.

Nesse contexto, existindo bases de reconhecimento e mensuração confiáveis, o contador deve, no exercício adequado de sua profissão, utiliza-las para realizar os lançamentos adequados, cujo efeito será evidenciado nas demonstrações contábeis. Caso o contador, de conhecimento de tal informação, opte por alterações arbitrárias na mensuração do valor a ser reconhecido, está ferindo os princípios básicos da contabilidade, bem como prejudicando sua ética profissional. Não importa, portanto, do ponto de vista ético, nem o tipo nem o vulto da arbitrariedade, assim como não importam os benefícios ilícitos que o profissional venha a perceber.

Quanto à teoria dos estímulos internos, foi testado se ancoragens realizadas por textos motivadores de caráter normativo, religioso, político ou acadêmico teriam influência no nível de honestidade. Uma alteração na espécie do benefício – se em dinheiro ou em uma viagem do mesmo valor também foi testada, de acordo com o conceito de flexibilidade de categorização.

Variáveis de identificação – gênero, idade e experiência profissional – foram também isoladas. Tal medida foi tomada a fim de identificar se exercem algum efeito no fenômeno estudado. A ausência de tal controle pode levar a conclusões equivocadas sobre os resultados obtidos, uma vez que podem influenciar, por exemplo, o nível de aversão à perda (MELO E SILVA, 2010).

3. PROCEDIMENTOS DE PESQUISA E METODOLOGIA

3.1. Questionário

O questionário controle propõe um dilema ético contábil, no qual a alteração de uma estimativa de pagamento de processos judiciais faria com que a filial batesse sua meta anual e todos os funcionários recebessem bônus individual, inclusive o participante, na condição de contador-chefe. O questionário possui duas perguntas relativas a tal decisão. A primeira diz respeito a um bônus individual em dinheiro e na segunda, o bônus consiste em uma viagem paga pela empresa no mesmo valor. Através da identificação dos participantes, pode-se estabelecer padrões de gênero, idade e experiência profissional.

Nessa linha de pesquisa, costuma-se utilizar também experimentos em laboratório para tentar medir as variáveis em questão. No entanto, optou-se pelos questionários a fim de se obter uma amostra maior.

Foram elaboradas outras sete versões do questionário com o objetivo de medir o impacto do tamanho da trapaça na decisão, o tamanho da recompensa e cinco âncoras diferentes, realizadas através da leitura de um texto antes de responder às duas perguntas.

O tempo médio de resposta foi de cinco minutos. Cada aluno respondeu somente um questionário. Um resumo dos questionários e o que se pretende medir com cada um está na Quadro 2.

Quadro 2: Versões do Questionário e o que pretendem medir.

Questionário	Texto 1	Diminuição	Valor \$	Viagem	O que mede
V1	-	39	10	10	Controle
V2	S1	39	10	10	Impacto do texto S1
V3	-	14	10	10	Impacto Tamanho Trapaça
V4	S2	39	10	10	Impacto do texto S2
V5	CE	39	10	10	Impacto do texto do Código de Ética
V6	LP	39	10	10	Impacto do texto do Livro de Ética Contábil
V7	-	39	5	5	Impacto Tamanho Recompensa
V8	RL	39	10	10	Impacto Texto Religioso

Fonte: Elaborado pelo Autor

A coluna ‘Diminuição’ refere-se ao tamanho da trapaça proposta: diminuir uma provisão para perdas que deveria ser feita em uma porcentagem de 40% para 39% ou 14%, no

questionário V4. A coluna ‘Valor’ refere-se ao valor da recompensa obtida com a trapaça, que é de R\$ 10.000,00, exceto no questionário V7. Na coluna ‘Viagem’, temos a recompensa alternativa, no mesmo valor da recompensa em dinheiro. Espera-se que, excetuado o Controle, cada alteração na situação original exerça uma influência negativa no nível de trapaça, ou seja, faça os participantes trapacearem menos. Os questionários aplicados podem ser encontrados no Apêndice ‘A’ da pesquisa.

Os questionários V3 e V7 dizem respeito às variáveis externas, respectivamente: a probabilidade de ser pego, associada ao tamanho da trapaça e o tamanho da recompensa associada ao desvio de honestidade.

Os textos ‘S1’ e ‘S2’ são citações de uma personalidade política pública cujo nome é associado na cultura popular à corrupção. O texto ‘S1’ é apenas uma frase selecionada ao acaso, tratando de protecionismo:

Vivemos entre a ameaça do protecionismo e o fantasma da inadimplência.

Já o texto ‘S2’ trata especificamente de corrupção. A intenção é que uma frase de tal personalidade desperte no indivíduo o seu sistema de recompensa interno. Enquanto o primeiro texto seria uma referência mais sutil, o segundo menciona de fato a corrupção, o que supostamente teria mais chances de forçar o respondente a se contemplar.

“E o país pensa que enforcar os corruptos resolve tudo. Quem deve ser enforcado é o sistema eleitoral. Sem isso, de nada adianta punir ou envergonhar-se.”

O texto dos questionários V5 é o artigo 3º do Código de Ética Profissional do Contador – CEPC, aprovado pela resolução CFC nº 803/1996. Seria, portanto, análogo ao Código de Ética utilizado em Mazar *et al* (2008). Dessa maneira, espera-se que, uma vez confrontado com tal texto, o indivíduo possua menos chances de tomar as decisões antiéticas.

Art. 3º No desempenho de suas funções, é vedado ao Profissional da Contabilidade:

XVII – iludir ou tentar iludir a boa-fé de cliente, empregador ou de terceiros, alterando ou deturpando o exato teor de documentos, bem como fornecendo falsas informações ou elaborando peças contábeis inidôneas.

No questionário V6, temos um fragmento retirado do livro ‘Ética Geral e Profissional em Contabilidade, 2ª edição, 1997, escrito pelo autor Lázaro Plácido Lisboa. Novamente, espera-se que tal citação funcione de maneira análoga a uma citação de um código de ética, ativando o mecanismo de autocontemplação e recompensa interna do indivíduo, diminuindo a incidência da trapaça.

O contador desempenha função relevante na análise e aperfeiçoamento da ética na profissão contábil, pois sempre está às voltas com dilemas éticos, nos quais deve exercer, na plenitude de sua soberania, seu papel de profissional independente.

O questionário V8 traz como ancoragem um versículo da Bíblia, Provérbios 12:22, o qual enuncia:

‘O Senhor odeia os lábios mentirosos, mas se deleita com os que falam a verdade’.

Trata-se, portanto, de uma âncora religiosa, a qual, segundo a literatura, teria um impacto negativo na adesão do indivíduo a um padrão antiético de comportamento, ao despertar seu sistema interno de valores morais e preservação da autoimagem.

3.2. Amostra Descartada

Anteriormente à elaboração dos questionários finais, foi distribuída uma versão diferenciada. Nesta versão pretendia-se medir, além das variáveis já expostas, o impacto da significância da estimativa à qual o contador teria acesso. Partiu-se do pressuposto de que uma estimativa baseada em uma série histórica seria menos relevante se aplicada em um universo com apenas um processo do que em um universo de cem processos. Tal impacto seria medido através de uma terceira pergunta.

Além disso, o valor das recompensas era diferente dentro do mesmo questionário. A âncora religiosa foi incluída também posteriormente à aplicação deste. Tal versão pode ser encontrada no Apêndice 'B'. Foram obtidos 14 questionários dessa espécie, e seus resultados não foram levados em conta ao longo da pesquisa.

3.3. A Coleta

A coleta de dados foi realizada a partir da aplicação de questionários a alunos do curso de ciências contábeis. Tal escolha foi feita por se considerar a forma mais acessível de se obter uma quantidade razoável de dados acerca da tomada de decisão de indivíduos com capacidade de compreender a natureza do dilema ético proposto no experimento. Dessa maneira, o ponto de partida da tomada de decisão dos participantes é razoavelmente nivelado.

Os dados obtidos através de questionários aplicados a estudantes compõem amostras mais homogêneas, de profissionais que tiveram uma formação razoavelmente semelhante. Como foi aplicado para estudantes do final do curso, a amostra inclui indivíduos os quais ou já estão ou estarão em breve no mercado de trabalho, tomando decisões e vivenciando a rotina da profissão. Diversas pesquisas contam com a aplicação de questionários não só a profissionais contábeis graduados, mas também ao longo do curso (FREITAS *ET AL*, 2011; DANTAS *ET AL*, 2012; FERNANDES *ET AL*, 2009; MELO E SILVA, 2010).

A opção pela aplicação de questionários pessoalmente, em detrimento de através da *internet* foi feita por existirem diversas versões do questionário. *In loco* é possível distribuir as oito versões de maneira homogênea entre os alunos, enquanto as ferramentas de aplicação *online* são limitadas nesse aspecto.

Os questionários foram aplicados pessoalmente em diversas instituições de ensino superior do Distrito Federal, no horário e local das aulas, entre o segundo semestre de 2014 e o primeiro de 2015, com o objetivo de homogeneizar a amostra. Foram considerados 439 questionários aplicados em quatro instituições de ensino: a Universidade de Brasília, o UNICEUB – Centro Universitário de Brasília, o Centro Universitário UNIEURO de Águas Claras e o UDF Centro Universitário.

Ressalvadas as diferenças entre os currículos de cada instituição, deu-se preferência para turmas no final do curso. Primeiramente por questão técnica: alunos dos primeiros períodos podem não compreender exatamente a essência do dilema ético proposto nos questionários. Além disso, concomitantemente com a avaliação dos pré-requisitos de cada disciplina, pode-se

obter certeza de o mesmo aluno não participou da pesquisa mais de uma vez. Tal medida é importante à medida que a data de aplicação dos questionários se estende por mais de um período letivo. Alternativamente, quando tal controle não foi possível, os alunos foram instruídos a não participar do experimento caso já houvesse participado.

3.4. Tratamento dos Dados e Hipóteses

Para verificar se cada versão modificada do questionário influenciou a tomada de decisão, a proporção de respostas sim para o item 1 (Recompensa em Dinheiro) e o item 2 (Recompensa em Flexibilizador de Categorização) foram calculados separadamente. Em seguida, foram feitos testes estatísticas utilizando o questionário 1 (Controle) como referência, em um modelo logit e binário.

A fim de se obter evidência de significância estatística, foram utilizados os testes Z e p, da seguinte forma:

$$Z = \frac{|P_o - P_e| - \frac{1}{2n}}{\sqrt{\frac{P_e(1 - P_e)}{n}}} \quad (1)$$

Onde ‘n’ é o número de observações e ‘1/ (2n)’ é o termo de correção de continuidade, utilizado somente quando ele for menor que |Po – Pe|. ‘Po’ é a probabilidade observada e ‘Pe’ é a esperada (controle).

O nível de significância adotado para ambos os testes é (alfa) = 0,05; e o Zc crítico é igual a 1,96. As hipóteses da pesquisa são listadas a seguir. Exceto a primeira hipótese, todas podem vir a ser aceitas ou rejeitadas independentemente.

Os testes estatísticos foram realizados comparando o resultado de cada questionário (de V2 a V8) com o questionário de controle (V1). A comparação procura verificar se cada uma das variáveis estudadas (tamanho, código de ética, texto religioso e tipo de recompensa) aumenta o grau de propensão à desonestidade do respondente. Deste modo, toda a análise apresentada a seguir deve ser considerada de forma marginal, ou seja, em relação a situação de controle. Para as variáveis de identificação (Gênero, idade e experiência profissional), foram rodadas regressões lineares, com o auxílio do *software* estatístico ‘IBM SPSS Statistics 22. As hipóteses da pesquisa são listadas abaixo:

H₀ – Nenhuma das Variáveis Estudadas tem impacto no nível de honestidade.

H₁ – O Flexibilizador de Categorização diminui do o nível de honestidade, conforme descrito na literatura, particularmente Mazar *et al* (2008).

H₂ – O gênero do respondente tem impacto sobre o nível de honestidade (Melo e Silva, 2010).

H₃ – A idade do respondente tem impacto sobre o nível de honestidade (Melo e Silva, 2010).

H₄ – A experiência profissional do respondente tem impacto sobre o nível de honestidade (Melo e Silva, 2010).

H₅ – O texto S1 aumenta o nível de honestidade. A menção a uma figura política seria suficiente para ativar o mecanismo de autoimagem.

H₆ – O texto S2 aumenta o nível de honestidade. A menção da figura política versando sobre corrupção seria um catalisador mais forte da preservação da autoimagem.

H₇ – O texto do Código de Ética do Profissional Contabilista aumenta o nível de honestidade, conforme Mazar *et al* (2008).

H₈ – O texto do livro acadêmico de ética contábil aumenta o nível de honestidade, seguindo a linha de Mazar *et al* (2008).

H₉ – O texto religioso aumenta o nível de honestidade, também conforme a pesquisa de Mazar *et al* (2008).

H₁₀ – O aumento no tamanho da trapaça aumenta o nível de honestidade, o que poderia ser explicado tanto pelas teorias de estímulos externos quanto internos (BECKER, 1968; BEAMAN 1979; MAZAR *ET AL*, 2008).

H₁₁ – A diminuição dos valores das recompensas aumenta o nível de honestidade, o que também teria subsídio de ambas as teorias (BECKER, 1968; BEAMAN 1979; MAZAR *ET AL*, 2008).

3.5. Limitações da Pesquisa

A pesquisa possui limitações intrínsecas, que não podem ser eliminadas totalmente. A primeira diz respeito às interações entre as variáveis externas. Por exemplo, ao diminuir o tamanho da recompensa, pode o respondente compreender que a probabilidade de ser pego seria menor, havendo o efeito de duas variáveis distintas no mesmo questionário, uma relacionada ao custo e outra ao benefício.

Não está contemplado no *design* da pesquisa explorar a variável ‘magnitude da punição’, uma vez que a mera menção de uma sanção disciplinar poderia influenciar fatores internos individuais, enviesando o resultado.

Analogamente, pode ser que o tamanho da trapaça, o qual estaria relacionado com a probabilidade de ser pego, desperte o sistema de recompensa interno do indivíduo. Ou seja, uma trapaça pequena pode não alcançar o limiar da preservação da autoimagem, enquanto uma trapaça maior pode.

Temos também a limitação da amostra escolhida. Como os questionários foram aplicados *in loco*, não foi possível expandir a amostra para respondentes em outras cidades. O envio de questionários pela *internet* conta com um ambiente diferenciado, o que novamente enviesaria os dados se fossem misturados.

A aplicação de questionários, por natureza, conta também com vieses de amostra. Como os questionários são aplicados em salas de aula e os alunos não são obrigados a participar, não é possível garantir que todas as oito versões do questionário terão um número igual de

respondentes, tornando dessa maneira os resultados de testes estatísticos como o Chi-Quadrado menos relevantes.

Além disso, existem características individuais diversas as quais podem influenciar tal tomada de decisão que não foram controladas, além de comunicação entre os participantes, horário de aplicação dos questionários (de manhã ou à noite), ou características socioeconômicas, como a renda mensal do respondente.

4. ANÁLISE DE RESULTADOS

4.1. Descrição da Amostra Obtida

Nos 439 questionários aplicados, idade média dos respondentes foi de 23,57 anos, com mediana de 22 anos. A idade mínima foi 18, enquanto a máxima foi 59, e o desvio padrão foi de 5,6 anos, conforma a Tabela 1.

Tabela 1: Idade dos respondentes

Idade	
Média	23,57
Mediana	22
Desvio-padrão	5,6
Mínimo	18
Máximo	59
Curtose Ex.	6,5

Fonte: Elaborado pelo autor

O número de respondentes do sexo masculino foi de 230 (52%), sendo 209 (48%) do sexo feminino. Quanto à experiência, 74 respondentes (16,85%) declararam já ter trabalhado em escritório de contabilidade, contra 365 (83,14%) sem tal experiência profissional. Podemos visualizar estes dados na Tabela 2.

Tabela 2: Gênero e Experiência Profissional

Gênero/ Experiência		
	Quantidade	%
Masculino	230	52%
Feminino	209	48%
Total	439	100%
Com Experiência	74	17%
Sem Experiência	365	83%
Total	439	100%

Fonte: Elaborado pelo autor

O número de questionários respondidos de cada tipo, bem como o número de questionários aplicados por instituição, podem ser visualizados consolidados no Apêndice 'C' da pesquisa.

4.2. Flexibilidade de Categorização

Uma das variáveis com o poder de influenciar o limiar da ativação do sistema de recompensas interno é a flexibilidade de categorização. Neste caso, de maneira indesejável: Segundo a literatura, a introdução de um intermediário entre a recompensa em dinheiro aumenta a tendência para a atitude desonesta (MAZAR *ET AL*, 2008)

Tabela 3: Flexibilidade de Categorização no Controle

V1			
Variável	Resposta	Total	%
Dinheiro	Sim	16	28,57%
	Não	40	71,43%
	Total	56	100%
Viagem	Sim	12	21,40%
	Não	44	78,60%
	Total	56	100%
p-value		0,2545	
Teste Z		-1,67	

Fonte: Elaborado pelo Autor

Conforme a Tabela 3, nos 56 questionários V1 (Controle) aplicados, houve 16 (28,57%) respostas ‘sim’ contra 40 (71,43%) respostas ‘não’ para o benefício em dinheiro. Para o benefício em viagem, foram 12 (21,40%) respostas ‘sim’ contra 44 (78,60%) respostas ‘não’. O teste Z de diferença de média teve o resultado de -1,67, não atingindo seu valor crítico de 1,96. O p-value foi de 0,2545, ou seja, não significante. Não foi encontrada, portanto, evidência de que a flexibilidade de categorização influenciou na tomada de decisão dos respondentes, o que nos leva a rejeitar a H_1 .

Como o intermediário de troca tem uma natureza diversa do utilizado em Mazar *et al.* (2008), pode ser que o processo cognitivo do indivíduo tenha reagido a essa diferença. Mazar *et al* utilizam um *token* como intermediário na transação. Nesse contexto, ele representa eventualmente um ganho pecuniário, ao passo que a viagem não. No contexto do autoengano, portanto, o cérebro teria a noção de que tal benefício, apesar de ter a categorização como atitude desonesta mais facilmente flexibilizada, vai acabar gerando um resultado idêntico ao de na prática não existir.

Ainda, como o questionário não fornece detalhe algum sobre a viagem, pode ser que os alunos tenham ponderado que, com o dinheiro, seriam capazes de fazer uma viagem menor e

economizar um pouco, por exemplo. O dinheiro pode ser utilizado das mais diversas maneiras, se adequando à necessidade de quem o detém.

A conclusão é que o flexibilizador de categorização funciona para aumentar o nível de trapaça à medida que, no final, o indivíduo ainda possua as mesmas possibilidades de uso do dinheiro. A trapaça não tem como benefício exatamente o dinheiro, mas a possibilidade de se gastar o dinheiro. Um outro benefício de igual valor monetário, porém sem a possibilidade de troca, não possui, frente às ponderações acerca da desonestidade do ato, o mesmo apelo do que dinheiro vivo.

4.3. Ancoragem Política

Os questionários V2 e V4 pretendiam identificar se uma menção, na forma de uma frase de autoria de uma figura política específica, no caso José Sarney, seria capaz de ativar o sistema interno de recompensas, fazendo o indivíduo se lembrar de seu compromisso moral quando confrontado com uma figura de caráter oposto. É bem verdade que a comunidade universitária se encontra, em relação ao restante da população em geral, em um estado de inflamação política constante, intensificado pelo contexto político brasileiro, permeado por questões como corrupção, eleições, eventos esportivos internacionais de grande porte etc. Os resultados dos testes em tais questionários estão expostos na Tabela 4.

Somando as duas versões dos questionários, temos 107 respostas. Quanto à variável dinheiro, 25 (23,36%) respostas foram favoráveis ao desvio ético, enquanto 82 (76,64%) foram desfavoráveis. Assim, com uma estatística Z de -0,78 e um p-valor bilateral de 0,43; foi rejeitada tal hipótese, ou seja, a ancoragem utilizada não teve resultado sobre o nível de honestidade dos indivíduos.

Na variável Viagem, temos 21 (19,63%) respostas favoráveis e 86 (80,37%) desfavoráveis, resultando em um teste Z de -,027 e um p-valor bilateral de 0,79; evidenciando novamente que as frases utilizadas como ancoragem não possuem influência sobre o resultado.

Foi teorizado, no entanto, que fornecer, antes do problema, uma frase aleatória da personalidade escolhida (representado pelo questionário V2) poderia ter um efeito diverso de se fornecer uma frase da personalidade versando sobre o assunto específico de corrupção (questionário V4).

Tabela 4: Questionários V2 e V4

Apenas V2				Apenas V4				V2 + V4			
Variável	Resposta	Total	%	Variável	Resposta	Total	%	Variável	Resposta	Total	%
Dinheiro	Sim	14	25,00%	Dinheiro	Sim	11	21,57%	Dinheiro	Sim	25	23,36%
	Não	42	75,00%		Não	40	78,43%		Não	82	76,64%
	Total	56	100%		Total	51	100%		Total	107	100%
	p-value	0,67			p-value	-0,83			p-value	0,43	
	Teste Z	-0,43			Teste Z	0,41			Teste Z	-0,78	
Viagem	Sim	9	16,07%	Viagem	Sim	12	23,53%	Viagem	Sim	21	19,63%
	Não	47	83,93%		Não	39	76,47%		Não	86	80,37%
	Total	56	100%		Total	51	100%		Total	107	100%
	p-value	0,47			p-value	0,79			p-value	0,79	
	Teste Z	-0,73			Teste Z	0,26			Teste Z	-0,27	

Fonte: Elaborado pelo Autor

O questionário V2 teve 56 respondentes, dos quais 14 (25%) marcaram ‘sim’ para a recompensa em dinheiro, contra 42 (75%) ‘não’. Comparando estatisticamente com o resultado do V1, temos um teste Z de -0,43 e um p-valor bilateral de 0,67, não havendo, portanto, influência sobre o resultado. Para a viagem, foram 9 (16,07%) respostas ‘sim’ contra 47 (83,93%) ‘não’, resultando num Z de -0,73 e p-valor bilateral de 0,47, novamente rejeitando a hipótese de que tal frase teria efeito sobre o resultado.

Dos 51 questionários V4 aplicados, 11 (21,57%) foram favoráveis à recompensa em dinheiro, contra 40 (78,43%) desfavoráveis. Já na variável viagem, temos 12 (23,53%) ‘sim’ e 39 (76,47%) ‘não’. Os valores dos testes z e p-valor para cada uma das variáveis são -0,83 e 0,41 para dinheiro; e 0,26 e 0,79 para viagem. Não foi encontrada, portanto, nenhuma evidência estatística de que tal ancoragem produzisse qualquer tipo de efeito na tomada de decisão.

4.4. Tamanho da Trapaça

No questionário V3, buscou-se medir se a alteração do tamanho da trapaça seria capaz de influenciar o comportamento honesto, sendo que a alteração da provisão de 40% seria para 14%, e não 39%, como nos outros questionários. Na Tabela 5, temos os resultados dos testes com tais questionários.

Com 56 respostas, temos, para a variável dinheiro, 5 (8,93%) ‘Sim’ e 51 (91,07%) ‘Não’. Para viagem, temos 7 (12,5%) ‘sim’ e 49 (87,50%) ‘não’. Os testes z e p-valor são -2,6

e 0,0077 e -1,26 e 0,208, respectivamente. Assim sendo, a mudança no tamanho da trapaça influenciou as respostas da variável dinheiro, mas não as da variável viagem.

Tabela 5: Questionários V3

V3			
Variável	Resposta	Total	%
Dinheiro	Sim	5	8,93%
	Não	51	91,07%
	Total	56	100%
	p-value		0,0077
	Teste Z		-2,6
Viagem	Sim	7	12,5%
	Não	49	87,50%
	Total	56	100%
	p-value		0,208
	Teste Z		-1,26

Fonte: Elaborado pelo Autor

Os fatores que podem ter colaborado para este resultado incluem estímulos tanto externos quanto internos. Pode ser que, ao aumentar o tamanho da trapaça, o mecanismo de autoengano não foi mais capaz de ignorar que tal atitude ensejaria um enriquecimento indevido, danificando a integridade moral do indivíduo. Pode ser também, de maneira não exclusiva, que, ao aumentar o nível da trapaça, o indivíduo tenha considerado que suas chances de serem pego seriam maiores.

É importante notar também que, havendo significância estatística para dinheiro, mas não para viagem, esta segunda variável obviamente é menos sensível às alterações contextuais. Isso ocorre à medida que se trata de um benefício mais específico que dinheiro. Assim sendo, uma pessoa que marcaria ‘sim’ no questionário V1 teria certa predileção pelo benefício específico oferecido (a viagem), que seria mais forte do que um benefício ‘genérico’ (o dinheiro). Podemos concluir portanto, que o autoengano tem maior probabilidade de ocorrência em situações com o benefício em dinheiro do que com benefício de outra natureza.

4.5. Ancoragem Normativa

Foram também aplicados questionários com ancoragens do Código de Ética Profissional do Contador – CEPC e do livro de Ética Profissional Contábil (V5 e V6, respectivamente). Seus resultados, isolados e agregados, estão na Tabela 6.

Tabela 6: Questionários V5 e V6

Apenas V5				Apenas V6				V5 + V6			
Variável	Resposta	Total	%	Variável	Resposta	Total	%	Variável	Resposta	Total	%
Dinheiro	Sim	13	24,53%	Dinheiro	Sim	11	20,00%	Dinheiro	Sim	24	22,43%
	Não	39	73,58%		Não	44	80,00%		Não	83	77,57%
	Ausente	1	0,93%		Ausente	0	0%		Ausente	1	0,93%
	Total	53	100%		Total	55	100%		Total	108	100%
	p-value		0,68		p-value		-1,05		p-value		0,387
	Teste Z		-0,42		Teste Z		0,29		Teste Z		-0,87
Viagem	Sim	8	15,09%	Viagem	Sim	7	12,73%	Viagem	Sim	15	13,89%
	Não	45	84,91%		Não	48	87,27%		Não	93	86,11%
	Total	53	100%		Total	51	100%		Total	108	100%
	p-value		0,39		p-value		0,22		p-value		0,2169
	Teste Z		-0,85		Teste Z		-1,22		Teste Z		-1,23

Fonte: Elaborado pelo autor

Com 53 questionários V5 aplicados e 51 V6, temos o total de 108 questionários, dos quais, para a variável dinheiro foram 24 (22,43%) respostas favoráveis e 83 (77,57%) desfavorável, havendo uma observação ausente. Para esta variável, o teste Z é de -0,87, e o p-valor bilateral é de 0,387. Não há, portanto, evidência de que esse tipo de ancoragem influencia o comportamento dos respondentes.

Para a variável viagem, temos 15 (13,89%) respostas 'sim' e 93 (86,11%) 'não'. O Z é de -1,23, e o p-valor é de 0,2169, não havendo novamente evidência de impacto da ancoragem.

Quando consideramos apenas o Questionário V5, temos, para a variável dinheiro, 13 (25%) respostas 'sim', 39 (75%) respostas 'não' e uma ausência (0,93%). O resultado é um teste Z de -0,42 e um p-valor de 0,6757. Para viagem, são 8 (15,09%) respostas 'sim' e 45 (84,91%) 'não', com teste Z de -0,85 e p-valor de 0,393. Não foi encontrada nenhuma evidência, portanto, de alteração do nível de honestidade considerando esta ancoragem.

Da mesma maneira, considerando o questionário V6 sozinho, temos, para dinheiro, 11 (20%) 'sim' contra 44 (80%) 'não', o que nos leva a um teste Z de -1,05 e um p valor de 0,2927. Para viagem, foram 7 (12,73%) 'sim' e 48 (87,27%) 'não'. O teste Z nesse caso é de -1,217 e o p-valor é de 0,2236. Novamente, não há evidência estatística de alteração do padrão de respostas.

Tais resultados vão contra a literatura, segundo a qual uma ancoragem relacionada a um código de ética, mesmo que fictício, teria o poder de fazer as pessoas trapacearem menos (MAZAR *ET AL*, 2008). Assim, mesmo com o perfil levantado por Freitas *et al* (2011) dos

estudantes de ciências contábeis, segundo o qual os estudantes conhecem CEPC, apesar de não o ter lido, deveria ter havido alguma alteração. De qualquer maneira, a ancoragem não foi suficiente para ativar o sistema interno em um número razoável de indivíduos, evitando a fraude.

4.6. Tamanho da Recompensa

O questionário V7 pretendia investigar se o tamanho da recompensa externa poderia influenciar o comportamento dos alunos. Tanto o prêmio em dinheiro quanto a viagem seriam no valor de R\$ 5.000, e não R\$ 10.000. Seus resultados estão na tabela 7.

Tabela 7: Questionários V7

V7			
Variável	Resposta	Total	%
	Sim	10	17,86%
	Não	46	82,14%
	Total	56	100%
Dinheiro	p-value		0,1794
	Teste Z		-1,34
	Total	56	100%
	Sim	3	5,36%
	Não	53	94,64%
	Total	56	100%
Viagem	p-value		0,012
	Teste Z		-2,49
	Total	56	100%

Fonte: Elaborado pelo autor

Foram obtidas 56 respostas, das quais, para a recompensa em dinheiro, 46 (82,14%) foram negativas e 10 (17,86%) foram positivas. O teste Z foi de -1,34 e o p-valor foi de 0,1794.

Para viagem, temos 3 (5,36%) respostas ‘sim’, contra 53 (94,64%) ‘não’. Para esta variável, O teste Z é de -2,49 e o p-valor de 0,012, havendo, portanto, alteração no padrão de honestidade, sendo os alunos menos propensos a agirem desonestamente com a recompensa que não é em dinheiro.

Fica, portanto, mais evidente que a flexibilização de tal variável teve um efeito oposto do esperado – enquanto no experimento de Mazar *et al* (2008) um intermediário de troca aumentou o nível de desonestidade, nos questionários aqui aplicados a tendência encontrada foi a de diminuição do nível. A explicação gira novamente em torno da natureza do benefício, ou

seja, o valor em dinheiro da viagem carrega possibilidades diversas para quem pratica um ato desonesto.

Apesar de tal efeito não ser evidente considerando os questionários como um todo, ao diminuir o valor da viagem e da recompensa, ele surge. Dessa maneira, o valor mais baixo torna menos provável – para a variável viagem – a evasão ao comportamento ético e probó. Teoriza-se que, diminuindo mais ainda a recompensa, ocorra tal resultado também para a outra variável – dinheiro – havendo um limiar abaixo do qual o custo tanto externo quanto interno não compensa o benefício.

4.7. Ancoragem Religiosa

A última ancoragem testada, a fim de diminuir o nível de trapaça observado no controle, foi a com motivo religioso. De fato, o próprio frei Luca Pacioli recomendava algo semelhante, a fim de proteger a probidade dos números contábeis (CRIPPS, 1995).

Assim, conforme exposto na Tabela 8, para a variável dinheiro, 18 (32,14%) das pessoas responderam ‘sim’ e 38 (67,86%) responderam ‘não’. O teste Z desta variável em relação ao controle é de -1,345 e o p-value é de 0,2265. Para a viagem, foram 12 (21,43%) respostas ‘sim’, contra 44 (78,57%) respostas ‘não’. O Z resultante foi de 0.

Não houve, portanto, significância estatística para afirmar que este questionário foi mais ou menos trapaceado que o controle, o que contraria a literatura. No experimento de Mazar *et al* (2008), um lembrete moral religioso diminuiu o nível de trapaça.

É bem verdade que o Brasil é um país amplamente religioso. Segundo o censo do IBGE de 2010, 64,6% da população se declara como Católica Apostólica Romana, enquanto 8% se declara sem religião (IBGE, 2012). Alguns respondentes sentiram-se inclusive na obrigação de escrever ‘amém’ ao lado do provérbio no questionário. Pode ser, no entanto, que fatores socioeconômicos da amostra obtida tenham influência sobre a religiosidade dos respondentes. Dessa maneira, a âncora, apesar de ter seu efeito sobre os respondentes religiosos, não teria efeito sobre os não-religiosos.

Vale notar que a literatura entre religião e ética, apesar dos resultados de Mazar *et al* (2008), obtém resultados ambíguos, ora expondo as variáveis como sem relação ou até mesmo negativamente relacionadas (PARBOTEEAH *ET AL*, 2008).

Tabela 8: Questionários V8

V8			
Variável	Resposta	Total	%
Dinheiro	Sim	18	32,14%
	Não	38	67,86%
	Total	56	100%
	p-value		0,2265
	Teste Z		-1,345
Viagem	Sim	12	21,43%
	Não	44	78,57%
	Total	56	100%
	p-value		n/a
	Teste Z		0

Fonte: Elaborado pelo autor

Mazar *et al* (2008) pediam aos participantes para tentarem se lembrar dos dez mandamentos, os quais em sua maioria costumam ser vistos como regras universais de boa convivência, independentes, porém normalmente atreladas a religiões. No experimento, a ancoragem foi realizada através de uma leitura genérica da Bíblia, que não necessariamente seria um lembrete moral para alguém não religioso.

4.8. Idade, Gênero e Experiência

As variáveis de identificação individual (Idade, Gênero e Experiência) foram testadas quanto à sua significância em influenciar as tomadas em decisão, utilizando-se para tal duas regressões logit binárias: uma para a variável dinheiro e outra para a variável viagem.

O resultado de ambas regressões foi similar: não foi encontrada significância estatística suficiente na relação entre o gênero nem a experiência profissional e a tendência ao comportamento desonesto. Podemos visualizar 'as regressões na Tabela 9. Mais informações estatísticas podem ser encontradas no Apêndice 'D'.

Dessa maneira, a variável idade foi a única variável de identificação significativa. Ou seja, quanto mais velho o respondente, menor a sua chance de ser desonesto.

Pode-se atribuir, portanto, o comportamento honesto à maturidade do indivíduo, tanto em sua vida pessoal quanto acadêmica. À medida que o estudante do curso de ciências contábeis assimila o conteúdo, os valores éticos que se esperam de um profissional lhes são de fato agregados.

Tabela 9: Regressões

Variável		Coefficiente	Erro – Padrão	Z	Inclinação
Dinheiro	Constante	1,24	0,71	1,73	x
	Idade	-0,1	0,03	-3,28	-0,02
	Aumento na Trapaça	-1,12	0,49	-2,4	-0,14
Viagem	Constante	0,94	0,87	1,07	x
	Idade	-0,11	0,04	-2,8	-0,01
	Recompensa com menor valor	-1,27	0,61	-2,06	-0,11

Fonte: Elaborado pelo autor

Outra análise, segundo a teoria clássica de consideração custo/benefício, é a de que, ao longo da vida universitária, vão aparecendo mais oportunidades profissionais para o estudante à medida que ele avança no curso. Assim, a relação custo/benefício de se manter honesto aumenta a cada semestre, o que diminuiria a desonestidade dos participantes. Há de se considerar, no entanto, que os ganhos de um comportamento desonesto são potencialmente maiores também.

Segundo a teoria das influências externas, a diminuição da desonestidade à medida que o aluno avança no curso seria explicada através do progressivo crescimento da relação custo/benefício do indivíduo no mercado formal. A hipótese de que a própria formação acadêmica, que seria também uma variável externa, estaria influenciando o comportamento é descartada, uma vez que os alunos universitários não costumam ter seus valores modificados durante o curso (PORTO, 2004). O próprio amadurecimento individual pode ter também relação com tal resultado, atribuindo ao período universitário o ingresso do indivíduo na vida adulta.

5. CONCLUSÕES

A desonestidade, traduzida em evasão às normas de coesão social, é um dilema com o qual todos já foram confrontados. Não existem barreiras temporais, geográficas ou sócio – econômicas para tal fenômeno.

Na teoria econômica clássica, a fim de se minimizar tais atitudes, busca-se piorar a relação custo/benefício do ato desonesto. Isso pode ser feito diminuindo o benefício (bancos que mancham de tinta as notas do caixa eletrônico caso sejam arrombados, por exemplo) ou aumentando o custo (função da chance de ser pego e da severidade da punição). Uma outra alternativa é a de aumentar a relação custo/benefício do ato honesto, que serve como custo de

oportunidade na ponderação do indivíduo. Existem, no entanto, outros fatores influenciando o comportamento dos agentes além dessas variáveis, os quais foram explorados nesta pesquisa.

Os resultados dos questionários aplicados apontam que 28,57% dos indivíduos seria capaz de cometer uma ‘pequena’ fraude contábil em troca de um bônus razoável em dinheiro para si e sua equipe. Quando a recompensa é uma viagem no mesmo valor, a proporção caiu para 21,43%.

As variáveis que resultaram em desvios significantes rumo à honestidade foram a idade, o tamanho da recompensa e o tamanho da trapaça. Assim, apesar de haver evidência de maior honestidade nesses casos, não é possível concluir se a causa disso é associada a variáveis internas ou externas, tendo em vista que existem explicações concorrentes para ambas as teorias.

Apesar de haver ampla literatura acerca dos lembretes morais de ativação do sistema de preservação da autoimagem, em cada caso este é realizado de uma forma. Beaman *et al* (1979) utilizam um espelho, Mazar *et al* (2008) forçam os participantes a tentar se lembrar de regras ou a assinar embaixo de um código pré-estabelecido.

Um fator que pode explicar a falta de relações entre as ancoragens aqui testadas e o nível de honestidade é, então, o *design* da pesquisa. Basicamente, pode a ancoragem não ter sido suficiente pela maneira como foi feita. Ademais, existe o viés de controle do ambiente, como a comunicação entre os indivíduos.

A situação política do Brasil, no contexto ao redor das eleições de 2014, pode também ter colaborado nesse quesito. Trata-se de uma crise de confiança, com reflexos na economia, política, empresas estatais de grande porte, relações interpessoais etc. Esse ambiente de notável instabilidade pode ter provocado nos indivíduos diferentes reações acerca da corrupção – e, portanto, sua autoimagem.

Por último, em relação ao flexibilizador de categorização, observa-se que teria sido mais produtivo fazer um questionário à parte ao invés de se repetir a pergunta em todos os questionários.

As pesquisas futuras podem ser realizadas a fim de se aprofundar o conhecimento sobre o tema, porém focando em aspectos diversos. Por exemplo, controlando mais características individuais, como a religiosidade, renda familiar, etnia etc. Um questionário mais complexo teria também mais amparo para realizar lembretes morais mais robustos.

Referências

AGOGLIA, Christopher P.; DOUPNIK, Timothy S.; TSAKUMIS, George T. Principles-based versus rules-based accounting standards: The influence of standard precision and audit committee strength on financial reporting decisions. **The Accounting Review**, v. 86, n. 3, p. 747-767, 2011.

ALICKE, Mark D. et al. Personal contact, individuation, and the better-than-average effect. **Journal of personality and social psychology**, v. 68, n. 5, p. 804, 1995.

ARIELY, Dan. **Predictably Irrational** – Revised and Expanded Edition. Harper Collins Publishers, 348 p. New York. 2009.

ASSOCIATION OF CERTIFIED FRAUD EXAMINERS, “**2014 ACFE Report to the Nation on Occupational Fraud & Abuse**. 2014 (acesso em 03 de Novembro de 2015), [disponível em <http://www.acfe.com/rtn/docs/2014-report-to-nations.pdf>].

ARONSON, Elliot. The theory of cognitive dissonance: A current perspective. **Advances in experimental social psychology**, v. 4, p. 1-34, 1969.

BANSAL, A. An Empirical Study of Teaching Ethics on Accountancy Students. **International Journal of Business and Administration Research Review**. v. I, n. 3 – Jan – Mar 2014.

BAKER, C. Richard; HAYES, Rick. Reflecting form over substance: the case of Enron Corp. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 15, n. 6, p. 767-785, 2004.

BEAMAN, Arthur L. et al. Self-awareness and transgression in children: two field studies. **Journal of personality and social psychology**, v. 37, n. 10, p. 1835, 1979.

BECKER, Gary S. , “Crime and Punishment: An Economic Approach”, **Journal of Political Economy**, v. 76 n. 2, p 169–217, 1968.

BEM, Daryl J., “Self-Perception Theory”, **Advances in Experimental Social Psychology**, v. 6, p., 1–62. 1972

BIES, S.: 2002, Speech at the National Conference on Banks and Savings Institutions, American Institute of Certified Public Accountants, Washington, D.C., November 7.

CAMPBELL, Ernest Q. (1964), “The Internalization of Moral Norms”, **Sociometry**, v. 27 n. 4, p. 391–412.

CAVALCANTE, D. S.; AQUINO, L. D. P.; LUCA, M. M. M.; PONTE, V. M. R.; BUGARIM, M. C. C. Adequação dos currículos dos cursos de contabilidade das universidades federais brasileiras ao currículo mundial de contabilidade e o desempenho no ENADE. **Pensar Contábil**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 50, p. 42 - 52, jan./abr. 2011.

DATAFOLHA. Pesquisa de Opinião Disponível em.

<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2009/10/1225525-83-dos-brasileiros-admitem-ja-ter-cometido-pelo-menos-uma-pratica-ilegitima.shtml> Acesso em 18/12/2015.

DE QUERVAIN, Dominique JF; FISCHBACHER, Urs; TREYER, Valerie; SCHELLHAMMER, Melanie; SCHNYDER, Ulrich; BUCK, Alfred; FEHR, Ernst. The neural basis of altruistic punishment. **Science**, v. 305, n. 5688, p. 1254, 2004.

DILULIO, John, Jr. "Help Wanted: Economists, Crime and Public Policy", **The Journal of Economic Perspectives**, v. 10 n. 1, p. 3-24, 1996.

CRIPPS, Jeremy. **Particularis de Computis et Scripturis: A Contemporary Interpretation** (Pacioli Society, Seattle, WA) 1995.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes**. Aprovado em 26/06/2009. 2009. Disponível em < <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=56>> . Acesso em 04 de Março de 2016.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC nº 1055/05 de 7 de outubro de 2005**. Cria o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e dá outras providências.2005. Disponível em:

<http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2005/001055 >. Acesso em 04 de março de 2016.

CONROY, Stephen J.; EMERSON, Tisha LN. Business ethics and religion: Religiosity as a predictor of ethical awareness among students. **Journal of business ethics**, v. 50, n. 4, p. 383-396, 2004.

DANTAS, José Alves ; SILVA, César Augusto Tibúrcio ; DANTAS, J. M. M. . O efeito de estímulos morais e éticos como resposta ao problema do risco moral: uma verificação experimental em grupos de estudantes de Ciências Contábeis. **Contextus** (Fortaleza), v. 10, p. 36-47, 2012.

EMERSON, Tisha LN; CONROY, Stephen J.; STANLEY, Charles W. Ethical attitudes of accountants: Recent evidence from a practitioners' survey. **Journal of Business Ethics**, v. 71, n. 1, p. 73-87, 2007.

FENIGSTEIN, Allan; LEVINE, Michael P. Self-attention, concept activation, and the causal self. **Journal of Experimental Social Psychology**, v. 20, n. 3, p. 231-245, 1984.
n. 1, p. 21-49, 2011.

FERNANDES, Bruno Vinícius Ramos; SILVA, César Augusto Tibúrcio; LINS E SILVA, Josué. Efeito da Informação na Simulação de um Leilão de Preço Reserva. **RECADM: Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v. 8, p. 186-204, 2009.

FISCHER, Michael J. Luca Pacioli on business profits. **Journal of Business Ethics**, v. 25, n. 4, p. 299-312, 2000.

FREITAS, Andréia Ciryno de; DIEHL, Carlos Alberto; MACAGNAN, Clea Beatriz. A percepção sobre ética de estudantes de curso de graduação em Ciências Contábeis. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**. Brasília, v.5, n.1, p.21-49, jan/abr.2011.

GLAESER, Edward L.; SACERDOTE, Bruce; SCHEINKMAN, José A. Crime and Social Interactions*. **The Quarterly journal of economics**, v. 111, n. 2, p. 507-548, 1996.

GREENWALD, Anthony G. The totalitarian ego: Fabrication and revision of personal history. **American psychologist**, v. 35, n. 7, p. 603, 1980.

GREENWALD, Anthony G. Self-knowledge and self-deception: Further consideration. **The mythomanias: The nature of deception and self-deception**, p. 51-72, 1997

GRIFFIN, Dale W.; ROSS, Lee. Subjective construal, social inference, and human misunderstanding. **Advances in experimental social psychology**, v. 24, p. 319-359, 1991.

HENRICH, Joseph, Robert BOYD; BOWLES, Samuel; CAMERER, Colin; FEHR, Ernst; GINTIS, Herbert; e MCELREATH, Richard. “In Search of Homo Economicus: Behavioral Experiments in 15 Small-Scale Societies”, **American Economic Review**, p. 73-78, 2001.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. Ed. Martin Claret, São Paulo, 2006.

HUIZINGA, Harry e LAEVEN, Luc. Accounting Discretion of Banks During a Financial Crisis. **CEPR Discussion Paper**. N. DP7381, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010: Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_religiao_deficiencia/default_caracteristicas_religiao_deficiencia.shtm Acesso em 11 de Dezembro de 2015

KHAN, Urooj. Does Fair Value Accounting Contribute to Systemic Risk in the Banking Industry? **Columbia Business School Research Paper**. Nov. 2010,

KNUTSON, Brian et al. Anticipation of increasing monetary reward selectively recruits nucleus accumbens. **Journal of Neuroscience**, v. 21, n. 16, p. RC159, 2001.

KOTHARI, Sabino P.; SHU, Susan; WYSOCKI, Peter D. Do managers withhold bad news?. **Journal of Accounting Research**, v. 47, n. 1, p. 241-276, 2009.

LAUX, Christian; LEUZ, Christian. Did Fair-Value Accounting Contribute to the Financial Crisis?. **The Journal of Economic Perspectives**, v. 24, n. 1, p. 93, 2010.

LEVITT, S. D.; LIN, M.J. Catching Cheating Students. **National Bureau of Economic Research Working Paper** no. 21628,.2015.

LISBOA, Lazaro Plácido et al. **Ética Geral e Profissional em Contabilidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1997

LOCKE, John. **Segundo Tratado sobre o Governo Civil – e Outros Escritos: Ensaio sobre a Origem, os Limites e os Fins Verdadeiros do Governo Civil**. Traduzido por Magda Lopes e Marisa Lobo da Costa. Petrópolis: Vozes. 1994.

LUCENA, Wenner Glaucio Lopes; FERNANDES, Maria Sueli Arnoud; DA SILVA, José Dionisio Gomes. A contabilidade Comportamental e os efeitos cognitivos no processo decisório: uma amostra com operadores da contabilidade. **Revista Universo Contábil**, v. 7, n. 3, p. 41-58, 2011.

LUSTOSA, Paulo Roberto Barbosa. ; DANTAS, José Alves ; FERNANDES, B. V. R. ; SILVA, José Dionísio Gomes. . A Moral do Contador Brasileiro: Uma Avaliação por meio da Escala Ética Multidimensional. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 23, p. 15-45, 2012.

MAZAR, Nina; ARIELY, Dan. Dishonesty in everyday life and its policy implications. **Journal of Public Policy & Marketing**, v. 25, n. 1, p. 117-126, 2006.

MAZAR, Nina; AMIR, On; ARIELY, Dan. The dishonesty of honest people: A theory of self-concept maintenance. **Journal of marketing research**, v. 45, n. 6, p. 633-644, 2008.

MCCORMICK, Iain A.; WALKEY, Frank H.; GREEN, Dianne E. Comparative perceptions of driver ability—a confirmation and expansion. **Accident Analysis & Prevention**, v. 18, n. 3, p. 205-208, 1986.

MELO, Clayton Levy Lima ; SILVA, César Augusto Tibúrcio . Finanças Comportamentais: um Estudo da Influência da Faixa Etária, Gênero e Ocupação na Aversão à Perda. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 4, p. 3-23, 2010.

NAGIN, Daniel S.; POGARSKY, Greg. Experimental Investigation of Deterrence: Cheating, Self-Serving Bias, and Impulsivity, An. **Criminology**, v. 41, p. 167, 2003.

NORTH, Douglass C.; WEINGAST, Barry R. Constitutions and commitment: the evolution of institutions governing public choice in seventeenth-century England. **The Journal of Economic History**, v. 49, n. 04, p. 803-832, 1989.

O'DOHERTY, John P. et al. Neural responses during anticipation of a primary taste reward. **Neuron**, v. 33, n. 5, p. 815-826, 2002.

PARBOTEEAH, K. Praveen; HOEGL, Martin; CULLEN, John B. Ethics and religion: An empirical test of a multidimensional model. **Journal of Business Ethics**, v. 80, n. 2, p. 387-398, 2008.

PORTO, Juliana Barreiros. Estrutura e transmissão dos valores laborais: um estudo com estudantes universitários. Tese (Doutorado) – **Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília**, Brasília, 2004.

RESOLUÇÃO CFC N. 803/96. Aprova o código de ética do profissional do contabilista. Disponível em: < www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_803.doc >. Acesso em 13 Dez. 2014.

RILLING, James K., David A. GUTMAN, Thorsten R. ZEH, Giuseppe PAGNONI, Gregory S. BERNS, e Clinton D. KILTS **Neuron**, v. 35, n. 2, p. 395-405, 2002.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O contrato social**. São Paulo, Martins Fontes. 1989

RYAN, Stephen G. Accounting in and for the subprime crisis. **The accounting review**, v. 83, n. 6, p. 1605-1638, 2008.

SANITIOSO, Rasyid; KUNDA, Ziva; FONG, Geoffrey T. Motivated recruitment of autobiographical memories. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 59, n. 2, p. 229, 1990.

SANTOS, Priscila Furtado dos. A Desonestidade de Pessoas Honestas: um experimento no Brasil. Dissertação (Mestrado) – **Programa de Pós-graduação em Economia, Departamento de Economia, Universidade de Brasília**, Brasília, 2011.

SIMKIN, Mark G.; MCLEOD, Alexander. Why do college students cheat?.**Journal of Business Ethics**, v. 94, n. 3, p. 441-453, 2010.

SIRGY, M. Joseph; SIEGEL, Philip H.; JOHAR, J. S. Toward a code of ethics for accounting educators. **Journal of Business Ethics**, v. 61, n. 3, p. 215-234, 2005.

SHORTRIDGE, Rebecca Toppe; MYRING, Mark. Defining principles-based accounting standards. **The CPA Journal**, v. 74, n. 8, p. 34, 2004.

TRANSPARENCY INTERNATIONAL. CORRUPTION PERCEPTIONS INDEX 2014: RESULTS. Disponível em <https://www.transparency.org/cpi2014/results> Acesso em 18/12/2015

TRIVERS, Robert. The elements of a scientific theory of self-deception. **Annals of the New York Academy of Sciences**, v. 907, n. 1, p. 114-131, 2000.

TWEEDIE, Dale et al. Teaching global ethical standards: a case and strategy for broadening the accounting ethics curriculum. **Journal of business ethics**, v. 115, n. 1, p. 1-15, 2013.

APÊNDICE A

QUESTIONÁRIOS

Este questionário é parte da pesquisa realizada pelo mestrando do Programa Multi Institucional de Pós Graduação em Ciências Contábeis – UNB UFPB e UFRN Eduardo Jezini Fernandes Ganassin, sob orientação do Professor Doutor César Augusto Tibúrcio Silva. Todos os dados serão utilizados apenas para pesquisa, sendo garantido o anonimato. A participação é completamente voluntária, não havendo nenhum tipo de ônus ou bônus para o participante.

- Concordo** em participar da pesquisa sob os termos acima
- Não concordo** em participar da pesquisa sob os termos acima

Questionário V1

Leia **atentamente** o texto abaixo e responda sim ou não:

Texto 1

Você é o contador-chefe de uma filial de uma multinacional. Cabe a você provisionar, no fechamento do balanço, fatos que dependem de decisão judicial. O histórico em casos semelhantes é de cerca de **40%** de decisões contra sua empresa. O Gerente argumenta que, alterando a percentagem da provisão para **39%**, a filial vai bater a meta anual e todos receberão bônus individuais, pagos pela matriz. Você alteraria a estimativa caso:

1 – O seu bônus fosse de R\$ 10.000,00?

SIM NÃO

2 – O bônus fosse uma viagem paga pela empresa no valor aproximado de R\$ 10.000,00?

SIM NÃO

IDENTIFICAÇÃO

Idade ____ Gênero ___ M ___ F

Possui experiência profissional em escritórios de contabilidade (societária)?

SIM NÃO

Caso queira receber os resultados desta pesquisa, escreva seu e-mail abaixo:

Este questionário é parte da pesquisa realizada pelo mestrando do Programa Multi Institucional de Pós Graduação em Ciências Contábeis – UNB UFPB e UFRN Eduardo Jezini Fernandes Ganassin, sob orientação do Professor Doutor César Augusto Tibúrcio Silva. Todos os dados serão utilizados apenas para pesquisa, sendo garantido o anonimato. A participação é completamente voluntária, não havendo nenhum tipo de ônus ou bônus para o participante.

() **Concordo** em participar da pesquisa sob os termos acima

() **Não concordo** em participar da pesquisa sob os termos acima

Questionário V2

Leia **atentamente** os textos abaixo e responda sim ou não:

Texto 1

“Vivemos entre a ameaça do protecionismo e o fantasma da inadimplência.”

José Sarney, Senador da República

Texto 2

Você é o contador-chefe de uma filial de uma multinacional. Cabe a você provisionar, no fechamento do balanço, fatos que dependem de decisão judicial. O histórico em casos semelhantes é de cerca de **40%** de decisões contra sua empresa. O Gerente argumenta que, alterando a percentagem da provisão para **39%**, a filial vai bater a meta anual e todos receberão bônus individuais, pagos pela matriz. Você alteraria a estimativa caso:

1 – O seu bônus fosse de R\$ 10.000,00?

()SIM ()NÃO

2 – O bônus fosse uma viagem paga pela empresa no valor aproximado de R\$ 10.000,00?

()SIM ()NÃO

IDENTIFICAÇÃO

Idade ____ Gênero __ M __ F

Possui experiência profissional em escritórios de contabilidade (societária)?

() SIM () NÃO

Caso queira receber os resultados desta pesquisa, escreva seu e-mail abaixo:

Este questionário é parte da pesquisa realizada pelo mestrando do Programa Multi Institucional de Pós Graduação em Ciências Contábeis – UNB UFPB e UFRN Eduardo Jezini Fernandes Ganassin, sob orientação do Professor Doutor César Augusto Tibúrcio Silva. Todos os dados serão utilizados apenas para pesquisa, sendo garantido o anonimato. A participação é completamente voluntária, não havendo nenhum tipo de ônus ou bônus para o participante.

- Concordo em participar da pesquisa sob os termos acima
 Não concordo em participar da pesquisa sob os termos acima

Questionário V3

Leia **atentamente** o texto abaixo e responda sim ou não:

Texto 1

Você é o contador-chefe de uma filial de uma multinacional. Cabe a você provisionar, no fechamento do balanço, fatos que dependem de decisão judicial. O histórico em casos semelhantes é de cerca de **40%** de decisões contra sua empresa. O Gerente argumenta que, alterando a percentagem da provisão para **14%**, a filial vai bater a meta anual e todos receberão bônus individuais, pagos pela matriz. Você alteraria a estimativa caso:

1 – O seu bônus fosse de R\$ 10.000,00?

- SIM NÃO

2 – O bônus fosse uma viagem paga pela empresa no valor aproximado de R\$ 10.000,00?

- SIM NÃO

IDENTIFICAÇÃO

Idade ____ Gênero __ M __ F

Possui experiência profissional em escritórios de contabilidade (societária)?

- SIM NÃO

Caso queira receber os resultados desta pesquisa, escreva seu e-mail abaixo:

Este questionário é parte da pesquisa realizada pelo mestrando do Programa Multi Institucional de Pós Graduação em Ciências Contábeis – UNB UFPB e UFRN Eduardo Jezini Fernandes Ganassin, sob orientação do Professor Doutor César Augusto Tibúrcio Silva. Todos os dados serão utilizados apenas para pesquisa, sendo garantido o anonimato. A participação é completamente voluntária, não havendo nenhum tipo de ônus ou bônus para o participante.

- () **Concordo** em participar da pesquisa sob os termos acima
 () **Não concordo** em participar da pesquisa sob os termos acima

Questionário V4

Leia **atentamente** os dois textos abaixo e responda sim ou não:

Texto 1

“E o país pensa que enforcar os corruptos resolve tudo. Quem deve ser enforcado é o sistema eleitoral. Sem isso, de nada adianta punir ou envergonhar-se.”

José Sarney, Senador da República

Texto 2

Você é o contador-chefe de uma filial de uma multinacional. Cabe a você provisionar, no fechamento do balanço, fatos que dependem de decisão judicial. O histórico em casos semelhantes é de cerca de **40%** de decisões contra sua empresa. O Gerente argumenta que, alterando a percentagem da provisão para **39%**, a filial vai bater a meta anual e todos receberão bônus individuais, pagos pela matriz. Você alteraria a estimativa caso:

1 – O seu bônus fosse de R\$ 10.000,00?

- () SIM () NÃO

2 – O bônus fosse uma viagem paga pela empresa no valor aproximado de R\$ 10.000,00?

- () SIM () NÃO

IDENTIFICAÇÃO

Idade ____ Gênero __ M __ F

Possui experiência profissional em escritórios de contabilidade (societária)?

- () SIM () NÃO

Caso queira receber os resultados desta pesquisa, escreva seu e-mail abaixo:

Este questionário é parte da pesquisa realizada pelo mestrando do Programa Multi Institucional de Pós Graduação em Ciências Contábeis – UNB UFPB e UFRN Eduardo Jezini Fernandes Ganassin, sob orientação do Professor Doutor César Augusto Tibúrcio Silva. Todos os dados serão utilizados apenas para pesquisa, sendo garantido o anonimato. A participação é completamente voluntária, não havendo nenhum tipo de ônus ou bônus para o participante.

- () **Concordo** em participar da pesquisa sob os termos acima
- () **Não concordo** em participar da pesquisa sob os termos acima

Questionário V5

Leia **atentamente** os dois textos abaixo e responda sim ou não:

Texto 1

“Art. 3º No desempenho de suas funções, é vedado ao Profissional da Contabilidade:

XVII – iludir ou tentar iludir a boa-fé de cliente, empregador ou de terceiros, alterando ou deturpando o exato teor de documentos, bem como fornecendo falsas informações ou elaborando peças contábeis inidôneas;”

Resolução CFC N° 803/1996 - Código de Ética Profissional do Contador

Texto 2

Você é o contador-chefe de uma filial de uma multinacional. Cabe a você provisionar, no fechamento do balanço, fatos que dependem de decisão judicial. O histórico em casos semelhantes é de cerca de **40%** de decisões contra sua empresa. O Gerente argumenta que, alterando a percentagem da provisão para **39%**, a filial vai bater a meta anual e todos receberão bônus individuais, pagos pela matriz. Você alteraria a estimativa caso:

1 – O seu bônus fosse de R\$ 10.000,00?

()SIM ()NÃO

2 – O bônus fosse uma viagem paga pela empresa no valor aproximado de R\$ 10.000,00?

()SIM ()NÃO

IDENTIFICAÇÃO

Idade ____ Gênero __ M __ F

Possui experiência profissional em escritórios de contabilidade (societária)?

()SIM ()NÃO

Caso queira receber os resultados desta pesquisa, escreva seu e-mail abaixo:

Este questionário é parte da pesquisa realizada pelo mestrando do Programa Multi Institucional de Pós Graduação em Ciências Contábeis – UNB UFPB e UFRN Eduardo Jezini Fernandes Ganassin, sob orientação do Professor Doutor César Augusto Tibúrcio Silva. Todos os dados serão utilizados apenas para pesquisa, sendo garantido o anonimato. A participação é completamente voluntária, não havendo nenhum tipo de ônus ou bônus para o participante.

() **Concordo** em participar da pesquisa sob os termos acima

() **Não concordo** em participar da pesquisa sob os termos acima

Questionário V6

Leia **atentamente** os dois textos abaixo e responda sim ou não:

Texto 1

“O contador desempenha função relevante na análise e aperfeiçoamento da ética na profissão contábil, pois sempre está às voltas com dilemas éticos, nos quais deve exercer, na plenitude de sua soberania, seu papel de profissional independente.”

Lazaro Placido Lisboa, Ética Geral e Profissional em Contabilidade.

2ª. ed. São Paulo: Editora Atlas, 1997

Texto 2

Você é o contador-chefe de uma filial de uma multinacional. Cabe a você provisionar, no fechamento do balanço, fatos que dependem de decisão judicial. O histórico em casos semelhantes é de cerca de **40%** de decisões contra sua empresa. O Gerente argumenta que, alterando a percentagem da provisão para **39%**, a filial vai bater a meta anual e todos receberão bônus individuais, pagos pela matriz. Você alteraria a estimativa caso:

1 – O seu bônus fosse de R\$ 10.000,00?

()SIM ()NÃO

2 – O bônus fosse uma viagem paga pela empresa no valor aproximado de R\$ 10.000,00?

()SIM ()NÃO

IDENTIFICAÇÃO

Idade ____ Gênero __ M __ F

Possui experiência profissional em escritórios de contabilidade (societária)?

() SIM () NÃO

Caso queira receber os resultados desta pesquisa, escreva seu e-mail abaixo:

Este questionário é parte da pesquisa realizada pelo mestrando do Programa Multi Institucional de Pós Graduação em Ciências Contábeis – UNB UFPB e UFRN Eduardo Jezini Fernandes Ganassin, sob orientação do Professor Doutor César Augusto Tibúrcio Silva. Todos os dados serão utilizados apenas para pesquisa, sendo garantido o anonimato. A participação é completamente voluntária, não havendo nenhum tipo de ônus ou bônus para o participante.

Concordo em participar da pesquisa sob os termos acima

Não concordo em participar da pesquisa sob os termos acima

Questionário V7

Leia **atentamente** o texto abaixo e responda sim ou não:

Texto 1

Você é o contador-chefe de uma filial de uma multinacional. Cabe a você provisionar, no fechamento do balanço, fatos que dependem de decisão judicial. O histórico em casos semelhantes é de cerca de **40%** de decisões contra sua empresa. O Gerente argumenta que, alterando a percentagem da provisão para **39%**, a filial vai bater a meta anual e todos receberão bônus individuais, pagos pela matriz. Você alteraria a estimativa caso:

1 – O seu bônus fosse de R\$ 5.000,00?

SIM NÃO

2 – O bônus fosse uma viagem paga pela empresa no valor aproximado de R\$ 5.000,00?

SIM NÃO

IDENTIFICAÇÃO

Idade ____ Gênero __ M __ F

Possui experiência profissional em escritórios de contabilidade (societária)?

SIM NÃO

Caso queira receber os resultados desta pesquisa, escreva seu e-mail abaixo:

Este questionário é parte da pesquisa realizada pelo mestrando do Programa Multi Institucional de Pós Graduação em Ciências Contábeis – UNB UFPB e UFRN Eduardo Jezini Fernandes Ganassin, sob orientação do Professor Doutor César Augusto Tibúrcio Silva. Todos os dados serão utilizados apenas para pesquisa, sendo garantido o anonimato. A participação é completamente voluntária, não havendo nenhum tipo de ônus ou bônus para o participante.

() **Concordo** em participar da pesquisa sob os termos acima

() **Não concordo** em participar da pesquisa sob os termos acima

Questionário V8

Leia **atentamente** os textos abaixo e responda sim ou não:

Texto 1

O Senhor odeia os lábios mentirosos,
mas se deleita com os que falam a verdade.

Provérbios 12:22

Texto 2

Você é o contador-chefe de uma filial de uma multinacional. Cabe a você provisionar, no fechamento do balanço, fatos que dependem de decisão judicial. O histórico em casos semelhantes é de cerca de **40%** de decisões contra sua empresa. O Gerente argumenta que, alterando a percentagem da provisão para **39%**, a filial vai bater a meta anual e todos receberão bônus individuais, pagos pela matriz. Você alteraria a estimativa caso:

1 – O seu bônus fosse de R\$ 10.000,00?

()SIM ()NÃO

2 – O bônus fosse uma viagem paga pela empresa no valor aproximado de R\$ 10.000,00?

()SIM ()NÃO

IDENTIFICAÇÃO

Idade ____ Gênero __ M __ F

Possui experiência profissional em escritórios de contabilidade (societária)?

()SIM ()NÃO

Caso queria receber os resultados desta pesquisa, escreva seu e-mail abaixo:

APÊNDICE B

QUESTIONÁRIO DESCARTADO

Questionário 1.1

Leia atentamente os dois textos abaixo e responda sim ou não:

Texto 1

“Vivemos entre a ameaça do protecionismo e o fantasma da inadimplência.”

José Sarney, Senador da República

Texto 2

Você é o contador-chefe de uma filial de uma multinacional. Cabe a você provisionar, no fechamento do balanço, fatos que dependem de decisão judicial. O histórico em casos semelhantes é de cerca de **40%** de decisões contra sua empresa. O Gerente argumenta que, alterando a percentagem da provisão para **39%**, a filial vai bater a meta anual e todos receberão bônus. Você alteraria a estimativa caso:

1 – O bônus fosse de R\$ 5.000,00?

()SIM ()NÃO

2 – O bônus fosse uma viagem paga pela empresa no valor aproximado de R\$ 10.000,00?

()SIM ()NÃO

3 – Só existisse um processo corrente contra sua empresa, tornando a estimativa menos significativa?

()SIM ()NÃO

IDENTIFICAÇÃO

Idade _____ Gênero __ M __ F

Caso queria receber os resultados desta pesquisa, escreva seu e-mail abaixo:

Questionário 1.2

Leia atentamente os dois textos abaixo e responda sim ou não:

Texto 1

“Vivemos entre a ameaça do protecionismo e o fantasma da inadimplência.”

José Sarney, Senador da República

Texto 2

Você é o contador-chefe de uma filial de uma multinacional. Cabe a você provisionar, no fechamento do balanço, fatos que dependem de decisão judicial. O histórico em casos semelhantes é de cerca de **40%** de decisões contra sua empresa. O Gerente argumenta que, alterando a percentagem da provisão para **14%**, a filial vai bater a meta anual e todos receberão bônus. Você alteraria a estimativa caso:

1 – O bônus fosse de R\$ 10.000,00?

()SIM ()NÃO

2 – O bônus fosse uma viagem paga pela empresa no valor aproximado de R\$ 5.000,00?

()SIM ()NÃO

3 – Existissem cem processos correntes contra sua empresa, tornando a estimativa mais significativa?

()SIM ()NÃO

IDENTIFICAÇÃO

Idade _____ Gênero __ M __ F

Caso queira receber os resultados desta pesquisa, escreva seu e-mail abaixo:

Questionário 2.1

Leia atentamente os dois textos abaixo e responda sim ou não:

Texto 1

“O vício da corrupção é algo hediondo

José Sarney, Senador da República

Texto 2

Você é o contador-chefe de uma filial de uma multinacional. Cabe a você provisionar, no fechamento do balanço, fatos que dependem de decisão judicial. O histórico em casos semelhantes é de cerca de **40%** de decisões contra sua empresa. O Gerente argumenta que, alterando a percentagem da provisão para **39%**, a filial vai bater a meta anual e todos receberão bônus. Você alteraria a estimativa caso:

1 – O bônus fosse de R\$ 5.000,00?

()SIM ()NÃO

2 – O bônus fosse uma viagem paga pela empresa no valor aproximado de R\$ 10.000,00?

()SIM ()NÃO

3 – Só existisse um processo corrente contra sua empresa, tornando a estimativa menos significativa?

()SIM ()NÃO

IDENTIFICAÇÃO

Idade _____ Gênero __ M __ F

Caso queira receber os resultados desta pesquisa, escreva seu e-mail abaixo:

Questionário 2.2

Leia atentamente os dois textos abaixo e responda sim ou não:

Texto 1

“O vício da corrupção é algo hediondo”

José Sarney, Senador da República

Texto 2

Você é o contador-chefe de uma filial de uma multinacional. Cabe a você provisionar, no fechamento do balanço, fatos que dependem de decisão judicial. O histórico em casos semelhantes é de cerca de **40%** de decisões contra sua empresa. O Gerente argumenta que, alterando a percentagem da provisão para **14%**, a filial vai bater a meta anual e todos receberão bônus. Você alteraria a estimativa caso:

1 – O bônus fosse de R\$ 10.000,00?

()SIM ()NÃO

2 – O bônus fosse uma viagem paga pela empresa no valor aproximado de R\$ 5.000,00?

()SIM ()NÃO

3 – Existissem cem processos correntes contra sua empresa, tornando a estimativa mais significativa?

()SIM ()NÃO

IDENTIFICAÇÃO

Idade _____ Gênero __ M __ F

Caso queira receber os resultados desta pesquisa, escreva seu e-mail abaixo:

Questionário 3.1

Leia atentamente os textos abaixo e responda sim ou não:

Texto 1

“Art. 3º No desempenho de suas funções, é vedado ao Profissional da Contabilidade:

XVII – iludir ou tentar iludir a boa-fé de cliente, empregador ou de terceiros, alterando ou deturpando o exato teor de documentos, bem como fornecendo falsas informações ou elaborando peças contábeis inidôneas;”

CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO CONTADOR – CEPC

Texto 2

Você é o contador-chefe de uma filial de uma multinacional. Cabe a você provisionar, no fechamento do balanço, fatos que dependem de decisão judicial. O histórico em casos semelhantes é de cerca de **40%** de decisões contra sua empresa. O Gerente argumenta que, alterando a percentagem da provisão para **39%**, a filial vai bater a meta anual e todos receberão bônus. Você alteraria a estimativa caso:

1 – O bônus fosse de R\$ 5.000,00?

()SIM ()NÃO

2 – O bônus fosse uma viagem paga pela empresa no valor aproximado de R\$ 10.000,00?

()SIM ()NÃO

3 – Só existisse um processo corrente contra sua empresa, tornando a estimativa menos significativa?

()SIM ()NÃO

IDENTIFICAÇÃO

Idade _____ Gênero __ M ___ F

Caso queira receber os resultados desta pesquisa, escreva seu e-mail abaixo:

Questionário 3.2

Leia os textos abaixo e responda sim ou não:

Texto 1

“Art. 3º No desempenho de suas funções, é vedado ao Profissional da Contabilidade:

XVII – iludir ou tentar iludir a boa-fé de cliente, empregador ou de terceiros, alterando ou deturpando o exato teor de documentos, bem como fornecendo falsas informações ou elaborando peças contábeis inidôneas;”

CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO CONTADOR – CEPC

Texto 2

Você é o contador-chefe de uma filial de uma multinacional. Cabe a você provisionar, no fechamento do balanço, fatos que dependem de decisão judicial. O histórico em casos semelhantes é de cerca de **40%** de decisões contra sua empresa. O Gerente argumenta que, alterando a percentagem da provisão para **14%**, a filial vai bater a meta anual e todos receberão bônus. Você alteraria a estimativa caso:

1 – O bônus fosse de R\$ 10.000,00?

()SIM ()NÃO

2 – O bônus fosse uma viagem paga pela empresa no valor aproximado de R\$ 5.000,00?

()SIM ()NÃO

3 – Existissem cem processos correntes contra sua empresa, tornando a estimativa mais significativa?

()SIM ()NÃO

IDENTIFICAÇÃO

Idade _____ Gênero __ M ___ F

Caso queria receber os resultados desta pesquisa, escreva seu e-mail abaixo:

Questionário 4.1

Leia atentamente os textos abaixo e responda sim ou não:

Texto 1

“É dever do contador prover ao usuário das demonstrações contábeis informação condizente com a situação patrimonial da entidade”

Lazaro Placido Lisboa, especialista em ética contábil (1997)

Texto 2

Você é o contador-chefe de uma filial de uma multinacional. Cabe a você provisionar, no fechamento do balanço, fatos que dependem de decisão judicial. O histórico em casos semelhantes é de cerca de **40%** de decisões contra sua empresa. O Gerente argumenta que, alterando a percentagem da provisão para **39%**, a filial vai bater a meta anual e todos receberão bônus. Você alteraria a estimativa caso:

1 – O bônus fosse de R\$ 5.000,00?

()SIM ()NÃO

2 – O bônus fosse uma viagem paga pela empresa no valor aproximado de R\$ 10.000,00?

()SIM ()NÃO

3 – Só existisse um processo corrente contra sua empresa, tornando a estimativa menos significativa?

()SIM ()NÃO

IDENTIFICAÇÃO

Idade _____ Gênero __ M ___ F

Caso queria receber os resultados desta pesquisa, escreva seu e-mail abaixo:

Questionário 4.2

Leia os textos abaixo e responda sim ou não:

Texto 1

“É dever do contador prover ao usuário das demonstrações contábeis informação condizente com a situação patrimonial da entidade”

Lazaro Placido Lisboa, especialista em ética contábil (1997)

Texto 2

Você é o contador-chefe de uma filial de uma multinacional. Cabe a você provisionar, no fechamento do balanço, fatos que dependem de decisão judicial. O histórico em casos semelhantes é de cerca de **40%** de decisões contra sua empresa. O Gerente argumenta que, alterando a percentagem da provisão para **14%**, a filial vai bater a meta anual e todos receberão bônus. Você alteraria a estimativa caso:

1 – O bônus fosse de R\$ 10.000,00?

()SIM ()NÃO

2 – O bônus fosse uma viagem paga pela empresa no valor aproximado de R\$ 5.000,00?

()SIM ()NÃO

3 – Existissem cem processos correntes contra sua empresa, tornando a estimativa mais significativa?

()SIM ()NÃO

IDENTIFICAÇÃO

Idade _____ Gênero __ M __ F

Caso queria receber os resultados desta pesquisa, escreva seu e-mail abaixo:

Questionário 5.1 (Controle)

Leia atentamente o texto abaixo e responda sim ou não:

Texto

Você é o contador-chefe de uma filial de uma multinacional. Cabe a você provisionar, no fechamento do balanço, fatos que dependem de decisão judicial. O histórico em casos semelhantes é de cerca de **40%** de decisões contra sua empresa. O Gerente argumenta que, alterando a percentagem da provisão para **39%**, a filial vai bater a meta anual e todos receberão bônus. Você alteraria a estimativa caso:

1 – O bônus fosse de R\$ 5.000,00?

SIM NÃO

2 – O bônus fosse uma viagem paga pela empresa no valor aproximado de R\$ 10.000,00?

SIM NÃO

3 – Só existisse um processo corrente contra sua empresa, tornando a estimativa menos significativa?

SIM NÃO

IDENTIFICAÇÃO

Idade ____ Gênero __ M __ F

Caso queira receber os resultados desta pesquisa, escreva seu e-mail abaixo:

Questionário 5.2 (Controle)

Leia o texto abaixo e responda sim ou não:

Texto 2

Você é o contador-chefe de uma filial de uma multinacional. Cabe a você provisionar, no fechamento do balanço, fatos que dependem de decisão judicial. O histórico em casos semelhantes é de cerca de **40%** de decisões contra sua empresa. O Gerente argumenta que, alterando a percentagem da provisão para **14%**, a filial vai bater a meta anual e todos receberão bônus. Você alteraria a estimativa caso:

1 – O bônus fosse de R\$ 10.000,00?

()SIM ()NÃO

2 – O bônus fosse uma viagem paga pela empresa no valor aproximado de R\$ 5.000,00?

()SIM ()NÃO

3 – Existissem cem processos correntes contra sua empresa, tornando a estimativa mais significativa?

()SIM ()NÃO

IDENTIFICAÇÃO

Idade ____ Gênero __ M __ F

Caso queira receber os resultados desta pesquisa, escreva seu e-mail abaixo:

APÊNDICE C

AMOSTRA

Número de Questionários Respondidos

Tipo	Tem
V1	56
V2	56
V3	56
V4	51
V5	53
V6	55
V7	56
V8	56
Total	439

Fonte: Elaborado pelo autor

Questionários por Instituição

UDF	42
UNB	361
Unieuro	24
UniCeub	12
Total	439

Fonte: Elaborado pelo autor

APÊNDICE D

REGRESSÕES

Variável Dinheiro

Observações 1 - 439 (n = 437)			
Observações Ausentes/Ignoradas/Incompletas = 2			
Média Variável Dependente	0,22	D.P. Variável Dependente	0,42
R-Quadrado de McFadden	0,05	R-Quadrado Ajustado	0,04
Log da Verossimilhança	-220,11	Critério de Akaike	446,22
Critério de Schwartz	458,46	Critério de Hannan-Quinn	451,04
Número de Casos Corretamente Previstos			340 (77,8%)
f(beta) na média das variáveis independentes			0,416
Teste de Razão da Verossimilhança: Qui-Quadrado (2)			22,4675

Fonte: Elaborado pelo autor

Variável Viagem

Observações 1 - 439 (n = 438)			
Observações Ausentes/Ignoradas/Incompletas = 1			
Média Variável Dependente	0,16	D.P. Variável Dependente	0,37
R-Quadrado de McFadden	0,05	R-Quadrado Ajustado	0,03
Log da Verossimilhança	-183,54	Critério de Akaike	373,08
Critério de Schwartz	385,32	Critério de Hannan-Quinn	377,91
Número de Casos Corretamente Previstos			368 (84%)
f(beta) na média das variáveis independentes			0,367
Teste de Razão da Verossimilhança: Qui-Quadrado (2)			17,81

Fonte: Elaborado pelo autor